



RELATÓRIO DE GESTÃO

2025



BELA-VISTA- MATUTUINE
TEL(FAX)21620001/870447780
E-mail: gestao@confianca.co.mz

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

No dia 29 de Abril de dois mil vinte e seis, pelas quinze horas, realizou-se na sede social **MICROBANCO CONFIANÇA SA**, registada na Conservatória do Registo das Entidades Legais de Maputo, sob o número 100805332, autorizado por despacho do governador do Banco de Moçambique N° N.REF.343/DRL/20130078/20130080/106.13/17 DE 13 DE Junho de 2017, NUIT 400817881, a assembleia Geral Ordinária em que estiveram presentes os accionistas Accionistas HLUVUKU-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DE MATUTUINE, detendo uma participação de duzentos noventa e quatro Milhões de Meticais, correspondente a noventa e oito por cento do valor do capital social e neste acto representado por Bernardo Luís Tembe que também outorga em representação da sua participação de três milhões de Meticais, correspondente a um por cento do capital social, Paulo Cuvila detendo 0.24% do capital no valor de Setecentos vinte e um mil, vinte oito meticais 39/100, Samora Xavier Sique detendo 0.24% do capital no valor de setecentos vinte e um mil, vinte oito meticais 39/100, Marquita Atalina Tembe detendo 0.11% do capital no valor de trezentos vinte e nove mil, cento vinte sete meticais 04/100, Daniel José Machava detendo 0.06% do capital no valor de cento oitenta e um mil, novecentos noventa e oito meticais 74/100, Francisco Alfredo Cuamba detendo 0.24% do capital no valor de Setecentos vinte e um mil, vinte oito meticais 39/100, Margarida Francisca Chongola detendo 0.03% do capital no valor de noventa e cinco mil, setecentos trinta e seis meticais 69/100, Xavier Tamboquisso Dambo detendo 0.03% do capital no valor de oitenta e um mil, quarenta e um meticais 03/100, Hélia Ester Onésimo Cumaico detendo 0.05% do capital no valor de cento quarenta e quatro mil, onze meticais 38/100, Vasco Alfredo Muchanga, na qualidade de Presidente de Mesa de Assembleia Geral e Elisio Matias Langa, Presidente do Conselho de Administração; estando assim reunidos o universo dos Accionista para deliberar validamente e com seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação, análise, discussão e aprovação das Contas do Exercício Findo a 31 de Dezembro de 2025-----
2. Aplicação de Resultados-----
3. Outros assuntos do interesse do **MICROBANCO CONFIANÇA SA**-----

Apos apresentação pelo Presidente da Mesa de Assembleia Geral dos documentos da agenda acima, deu palavra ao Administrador Delegado para apresentar o relatório de Gestão com respectivas as Demonstrações Financeiras de contas auditadas do exercício findo de 31 de Dezembro de 2025 incluindo a proposta de aplicação de resultados e seguidamente o Presidente do Conselho Fiscal apresentou igualmente o relatório e parecer do Conselho e que ambos Relatos estão em conformidade com a lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas estabelecidas pelo Banco de

Xavier Dambo

Moçambique e elaborado em conformidade com as Normas Internacionais de relato financeiro, o qual o resultado líquido de exercício é um lucro de dez milhões quatrocentos sessenta e sete mil, duzentos vinte e sete meticais, o qual, os acionistas aprovaram por unanimidade as contas, o resultado de exercício bem como os demais documentos.

Com base na proposta do conselho de administração relativo a aplicação do resultado que apresenta um Lucro líquido de impostos de **MZN3.004.983** Nos termos do Lei 15/2020, seja dada a seguinte aplicação: Consituição de reserva no valor MZN 901 495 e o saldo de MZN2 103 488 transferir a totalidade para a conta de LUCROS E PREJUÍZOS CUMULADOS, sem pagamento de dividendos, com vista a reduzir os prejuízos acumulados de exercícios anteriores e fortalecer fundos próprios, devendo desde já submeter o relatório na íntegra para aprovação pelo Banco de Moçambique. Os accionistas aprovam unanemente a aplicação do resultado e recomendam a divulgação do mesmo num dos jornais mais lido da praça devendo submeter ao Banco de Moçambique para sua aprovação e homologação.

Esta reunião estava convocado para dia 05 de Abril de 2026, foi adiado para esta data por razões técnica e, não havendo mais nada a tratar, deu se por encerrado a reunião por volta das treze horas e trinta minutos, e tendo sido lavrada a presente «Acta» que vai assinado pelo Presidente de Mesa e a secretária

Bela-Vista, 29 de Abril de 2026

x 

x Paulo Curto

x ~~Renato L. S. T. M.~~

↓ Xavier Dambo

↓ Hélia Ester Ouesmo Curcio

↓ Margarida Ataliva Tembe

↓ Margarida F. Chongala

↓ ~~Sandra Xavier Sique~~

x 

x ~~Carla F. M. Chongala~~

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“Quando o compromisso fala mais alto, agimos com confiança e inspiração para transformar sonhos em realidade.”

O ano de 2025 reforçou a nossa convicção de que a integração da sustentabilidade na nossa actuação é uma jornada que exige visão, disciplina e consistência. Actuámos com propósito, responsabilidade e coerência, promovendo relações de confiança assentes na proximidade e na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

O Microbanco Confiança distingue-se pelo seu papel central de proximidade, confiança e excelência na prestação de serviços, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais. Os nossos compromissos abrangem pessoas, territórios e meio ambiente, ligando o desenvolvimento económico a resultados sociais e ambientais duradouros. Mobilizamos recursos para financiar capital de giro e investimentos estratégicos, promovendo a transformação da economia e da vida dos nossos clientes, com enfoque em energias limpas e agricultura sustentável.

Acreditamos que as Finanças Rurais Inclusivas são escolhas sobre o futuro que desejamos construir. O desenvolvimento socioeconómico é um compromisso que

transcende fronteiras e se reflecte na forma como conduzimos as nossas actividades diárias. Antecipamos o futuro incorporando a sustentabilidade como princípio orientador da nossa estratégia e como pilar essencial para um Microbanco cada vez mais sólido, responsável e alinhado às necessidades da população rural de Moçambique.

Nesse percurso, alinhámos as nossas prioridades com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, ampliando o alcance das nossas iniciativas e consolidando o impacto positivo das nossas operações, dos nossos negócios e da nossa intervenção nas comunidades. Um dos eixos centrais do nosso sucesso tem sido a forma como avaliamos e concedemos crédito, com humildade, coerência e compromisso, procurando transformar sonhos em realidade, crescimento em inclusão e progresso em equilíbrio com a natureza, para um futuro mais justo e sustentável.

Cada decisão de financiamento é cuidadosamente ponderada, considerando não apenas o retorno financeiro, mas também o impacto nas comunidades. Para isso, desenvolvemos critérios de análise baseados no Sistema de Gestão Ambiental e Social, que avalia a viabilidade financeira e a sustentabilidade dos projectos. Este é um caminho de rigor, equilíbrio e responsabilidade, que transforma o

financiamento em alavanca para uma economia resiliente, inovadora e sustentável.

A inclusão financeira constitui um pilar estratégico do Microbanco, mas vai além do simples acesso aos serviços financeiros. Procuramos promover a literacia financeira, capacitar empreendedores rurais em gestão básica de negócios e desenvolver soluções ajustadas às necessidades locais, aproximando mais pessoas do sistema financeiro formal e reforçando as bases para um desenvolvimento socioeconómico duradouro.

Estamos a transformar a nossa operação interna para a tornar mais sustentável, através da redução do consumo de energia, água e papel, bem como da aposta contínua na digitalização de processos. Estas medidas reflectem uma cultura que procura conciliar crescimento com responsabilidade ambiental. Paralelamente, incentivamos os nossos clientes a adoptarem práticas mais sustentáveis e resilientes, ampliando o impacto positivo da nossa actuação.

Temos consciência de que ainda há um longo percurso pela frente. A sustentabilidade não é acção isolada, mas uma estratégia consistente, composta de pequenos passos que geram grandes transformações ao longo do tempo. O Microbanco Confiança encara este desafio com humildade e determinação, certo de que nosso impacto será maior quanto mais

conseguirmos mobilizar colaboradores, clientes, parceiros e comunidades para esta causa comum.

O nosso objectivo é claro: ser o melhor Microbanco rural, financiando com responsabilidade, inclusão e visão. O ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e a transformação digital ampliam os desafios, mas também oferecem oportunidades para melhor servir os nossos clientes de forma ágil e eficiente.

No Microbanco Confiança, sabemos que a verdadeira medida do nosso progresso será a herança que deixaremos às próximas gerações. É por elas que reafirmamos nosso compromisso de construir um futuro sustentável, inclusivo e equilibrado.

A carteira do MICROBANCO CONFIANÇA, SA é representada essencialmente por financiamentos dirigidos à agricultura e às cadeias produtivas, suportados por fundos do KfW/BdM, VISTA BANK e MOZA – Fundo de Segurança Alimentar (FSA). Através destas linhas, foram já financiadas cerca de 18.802 operações de crédito sustentável, que contribuíram para a geração de emprego, o aumento do rendimento familiar e a redução das desigualdades no âmbito da inclusão financeira. Em 2025, a carteira global ascendeu a 875 milhões de Meticais, representando um crescimento de 15% face a 2024, sendo composta, de forma

predominante, por financiamentos à agricultura e às cadeias produtivas.

Apesar de 2025 ter sido um ano desafiador, em resultado das implicações da escassez de divisas, que afectou o cumprimento das obrigações de financiamento externo e limitou a captação de novos recursos para a carteira de crédito, o Microbanco manteve-se sólido, promovendo a inclusão financeira e assegurando financiamento a MPME e a clientes particulares, com uma base de 8,9 mil clientes activos. Como reflexo do nosso compromisso com a excelência no atendimento, o Microbanco registou 186 reclamações em 2025, número significativamente inferior às 256 reclamações registadas em 2024, evidenciando a eficácia das iniciativas de melhoria contínua implementadas.

O conhecimento contínuo dos clientes e de suas necessidades reforçou nosso compromisso em proporcionar maior proximidade, adequação de produtos e serviços, e melhoria da experiência do cliente, pilares fundamentais para um crescimento sustentável.

Reconhecemos, porém, que o agravamento dos riscos associados à escassez de divisas pode comprometer as expectativas futuras, sobretudo junto a financiadores externos, impactando o avanço da nossa missão, visão e aproveitamento de oportunidades emergentes.

Como resultado do nosso compromisso com a excelência no atendimento, o Microbanco recebeu 186 reclamações em 2025, número significativamente inferior às 256 reclamações registadas em 2024, evidenciando a efectividade das nossas iniciativas de melhoria contínua.

Renovamos o compromisso de gerar resultados sustentáveis para nossos accionistas, agregar valor aos clientes e manter a presença activa e relevante na vida das pessoas, oferecendo soluções inovadoras que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico e fortalecimento das comunidades atendidas.

VISÃO ESTRATÉGICA

Com o objectivo de proporcionar uma experiência de excelência aos clientes, o Microbanco Confiança, S.A. reforçou sua aposta na transformação digital, concluindo com sucesso a digitalização dos processos e tornando-os *paperless*.

Entre os principais avanços alcançados destacam-se:

- Massificação do uso de canais digitais e ampliação da base de clientes activos.
- Aprofundamento do conhecimento sobre o cliente e suas necessidades, permitindo maior personalização dos produtos e serviços.

- Promoção de práticas ambientais, crédito sustentável e investimento responsável, com foco em gerar impactos positivos ao longo das cadeias de valor.
- Fortalecimento da estrutura financeira e consolidação de uma cultura sólida de gestão de risco.

O propósito estratégico do Microbanco Confiança, S.A. está reflectido na sua missão de actuar como “caixa financeira rural”, comprometida com o desenvolvimento socioeconómico, a inclusão financeira e a proximidade ao cliente. Este compromisso é orientado pela integridade, pelo cumprimento das normas e pela convicção de fazer o negócio certo da forma certa, princípios centrais da nossa governação corporativa.

O conhecimento contínuo das necessidades dos clientes permitiu expandir os pagamentos digitais, melhorando significativamente a experiência e o dia a dia dos clientes, reforçando a nossa missão de gerar valor sustentável e impacto positivo na vida das comunidades atendidas.

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

Foram identificadas diversas oportunidades que podem aprimorar o desempenho do **Microbanco Confiança, S.A.** e fortalecer sua actuação junto aos clientes:

1. **Financiamento externo competitivo:**

O **Banco VISTA** aprovou financiamento a uma taxa mais competitiva no mercado, eliminando a incerteza associada a financiamentos externos e fortalecendo a confiança de parceiros e investidores, mesmo diante da escassez de divisas no país.

2. **Transformação digital acelerada:**

A digitalização continua sendo prioridade estratégica. O Microbanco tem realizado **investimentos significativos em tecnologia**, promovendo melhorias em processos e sistemas, aumentando a **eficiência operacional**, a **sustentabilidade** e oferecendo uma **experiência do cliente mais ágil e satisfatória**.

3. **Inclusão financeira rural:**

uma parcela significativa da população rural ainda não tem acesso a serviços financeiros básicos. O Microbanco actua de forma contínua para **expandir o acesso ao sistema financeiro**, oferecendo soluções adaptadas às necessidades locais e promovendo a **inclusão económica**.

4. **Capacitação e educação financeira:**

Como parte de seus programas de financiamento, o Microbanco oferece **formação contínua em gestão básica de negócios**, fortalecendo a literacia financeira de seus clientes. O plano de formação dá especial atenção ao **papel**

das finanças sustentáveis na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 – ESG, promovendo desenvolvimento económico, impacto social e responsabilidade ambiental.

ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

O MICROBANCO CONFIANÇA, SA desencadeou uma iniciativa abrangente e transversal de transformação para a sustentabilidade e adopção dos pilares ESG (Environmental, Social and Governance), com vista à promoção de um desempenho mais sustentável face aos desafios actuais. Para o efeito, foi definida uma estratégia sólida, suportada por KPIs e métricas relevantes, integrada nas actividades da instituição, estando igualmente em curso a implementação de um modelo de gestão e mitigação dos riscos ambientais e sociais associados à carteira de crédito.

Estas práticas de ESG asseguram a integridade ambiental, o bem-estar social e uma governação corporativa efectiva, assente numa abordagem holística que considera os impactos e oportunidades em todos os sectores. Tal concretiza-se por via de análises criteriosas, da promoção de práticas sustentáveis e responsáveis ao longo da cadeia de valor e da integração destes princípios no processo de tomada de decisão, contribuindo

para um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

DESTAQUES DO DESEMPENHO

O resultado antes de impostos ascendeu a 12.594.363 Meticais, tendo o resultado líquido do exercício se fixado em aproximadamente 3,0 milhões de Meticais. Este desempenho reflecte a resiliência da Instituição, num contexto operacional exigente, marcado pelo aumento das imparidades e provisões, mas evidenciando, ainda assim, a capacidade de geração de receitas e o fortalecimento dos principais indicadores financeiros do Microbanco.

Os activos totais ascenderam a 946 milhões de Meticais e o rendimento bancário atingiu 263 milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 15% em relação ao período homólogo. O Microbanco manteve rácios sólidos, tendo atingido, no final do exercício, um rácio de solvabilidade de 49%, confortavelmente acima do mínimo de 8% exigido pelo Banco de Moçambique.

O desempenho financeiro do Microbanco Confiança, S.A. no exercício económico de 2025 foi influenciado por diversos factores, entre os quais se destaca o aumento da imparidade do crédito, decorrente das manifestações iniciadas em Outubro de 2024, que afectaram a capacidade de cumprimento de alguns clientes..

ÁREA COMERCIAL - REDE DE RETALHO

À medida que a carteira se renova a cada operação, o valor financiado ao longo do tempo tende a crescer, ampliando o impacto positivo nos negócios e nas comunidades atendidas.

Em 2025, o crédito destinado à aquisição de insumos, bens e serviços relacionados com a actividade agropecuária destacou-se como a principal linha de financiamento, em alinhamento com as necessidades dos clientes. Em consonância com os nossos compromissos de crédito sustentável, a carteira de operações de crédito sustentáveis atingiu, no final de Dezembro de 2025, o montante de 867,7 milhões de Meticais, representando um crescimento de 15% face ao período anterior.

Este montante foi contratado em linhas de crédito com enfoque ambiental e/ou social, voltadas para actividades que promovem impactos sócio ambientais positivos e a agricultura sustentável, beneficiando ainda de taxas bonificadas. O financiamento ao agronegócio, com especial atenção a pequenos produtores, permanece como prioridade estratégica do Microbanco Confiança, S.A., consolidando seu posicionamento de referência no sector.

O desenvolvimento das cadeias de valor do agronegócio é apoiado pelo Microbanco por meio de parcerias estratégicas, que permitem estruturar linhas de crédito específicas para o sector, com condições diferenciadas que contribuem para o progresso e a sustentabilidade da produção. Exemplos concretos desse compromisso incluem a Linha Bonificada KfW/Banco de Moçambique e a Linha de Crédito REFP, direccionadas ao desenvolvimento de cadeias produtivas e apoio a pequenos comerciantes rurais.

Ao nível operacional, a área comercial registou um crescimento de 11% na carteira de clientes, em linha com o objectivo de garantir excelência na experiência do cliente em todas as interacções. Apesar do aumento da base de clientes, o número de reclamações manteve-se reduzido, reflectindo a nossa capacidade de monitorização e de resposta eficiente.

A qualidade da carteira de crédito se manteve elevada, com um rácio de NPL abaixo de 5,63%, evidenciando a eficácia das políticas de gestão de risco e o compromisso do Microbanco com o desenvolvimento sustentável e o serviço de excelência ao cliente.

ACTIVIDADES E ACÇÕES DE DESTAQUE REALIZADAS

- Foi nomeada uma nova estrutura de governação, projectada para dar novo alento ao negócio, baseada

em factores ambientais e na estratégia de negócio. Esta estrutura aprimora continuamente a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e monitorização dos riscos financeiros e não financeiros a que o Microbanco Confiança está exposto no desenvolvimento de suas actividades.

- Investimento contínuo em sistemas e processos, visando maior eficiência, segurança e confiabilidade operacional.
- Promoção de um Microbanco inclusivo, oferecendo condições de trabalho adequadas, com foco em melhoria contínua da eficiência e qualidade dos serviços.
- Acções permanentes de literacia e inclusão financeira junto aos clientes, fortalecendo sua capacidade de gestão e participação no sistema financeiro.
- Crédito voltado à aquisição de matéria-prima e fornecimento de serviços relacionados à actividade agropecuária, agregando valor à produção e promovendo práticas que respeitam e preservam o meio ambiente.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Consciente de sua responsabilidade, o Microbanco Confiança, S.A. estruturou sua governação em torno de quatro pilares estratégicos:

- **Sustentabilidade:** reforçando a governação, a ética corporativa e a gestão de riscos;
- **Eficiência:** modernizando processos, com foco na digitalização e na mitigação do impacto ambiental;
- **Qualidade:** promovendo uma oferta de valor centrada no cliente;
- **Rentabilidade:** sustentando um crescimento responsável e duradouro.

O modelo de governação assegura clareza na distribuição de funções e responsabilidades entre os diferentes órgãos e comités, promovendo eficiência, transparência e uma gestão adequada de riscos, além de minimizar potenciais conflitos de interesse, gerando valor sustentável para todos os *stakeholders*.

A estrutura de **governação corporativa** inclui:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração e seus comités de apoio, como o Comité de Auditoria, a Comissão de Risco e Capital e o Comité de Nomeações e Remunerações

- Comité Executivo, responsável pela gestão diária
- Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

O **Conselho de Administração** exerce os mais amplos poderes de gestão, aprovando o Plano Estratégico, políticas de identificação, avaliação e gestão de riscos, bem como medidas de controlo interno que garantam a mitigação eficaz de riscos financeiros e não financeiros. A gestão diária é delegada ao Comité Executivo e outros comités especializados, mantendo sempre controlo efectivo e responsabilidade final.

O modelo de governação integra os princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*), promovendo acções que:

- Reduzem impactos ambientais;
- Fortalecem práticas sociais voltadas à inclusão e bem-estar;
- Reforçam ética, transparência e responsabilidade na gestão.

Esse alinhamento garante que o crescimento do Microbanco esteja sustentado na criação de valor duradouro e alinhado às melhores práticas internacionais.

Cuidar do Microbanco é pensar no futuro: reduzir emissões, valorizar a diversidade como força de inovação e justiça social, e tomar decisões responsáveis que preservem o

ambiente, as pessoas e as escolhas que moldam o amanhã.

A governação corporativa no Microbanco vai além de obrigações legais, sendo um compromisso essencial para a excelência operacional e o atendimento das expectativas de todos os *stakeholders*. Sua estrutura reflecte o compromisso com as melhores práticas, proporcionando uma base sólida para a gestão eficiente e eficaz das actividades.

O Conselho de Administração actua como protagonista na direcção estratégica do negócio, enquanto os comités especializados supervisionam decisões críticas e mitigam riscos associados ao processo decisório. Cada componente da estrutura de governação tem competências definidas para assegurar supervisão, gestão de riscos e alcance de resultados sustentáveis. A participação desses órgãos na definição, avaliação e gestão da estratégia está prevista em seus Termos de Referência.

O Plano Estratégico vigente, referente ao período 2023–2025, foi elaborado com base na Missão, Visão, Princípios e Valores da instituição, assegurando que todas as acções estejam alinhadas com os objectivos estratégicos do Microbanco.

**FACTOR DIFERENCIAL DO
MICROBANCO CONFIANÇA, S.A**

A estratégia do Microbanco Confiança, S.A. está alicerçada em três pilares fundamentais: Visão, Missão e Valores.

Com uma visão centrada na experiência do cliente, a instituição orienta sua actuação para a aproximação e humanização dos serviços, promovendo excelência e proximidade em cada interacção.

Em um contexto marcado por intensas transformações tecnológicas e pela presença de diversos *players* no mercado, o Microbanco busca inovar continuamente, mantendo um olhar atento à diversidade, às necessidades dos clientes e à aprendizagem contínua. Esta abordagem estratégica assegura que o Microbanco se mantenha relevante, competitivo e alinhado às expectativas do mercado e das comunidades atendidas.

Visão

Ser um Microbanco distinto no mercado, vocacionado para soluções financeiras Inovadoras.

Missão

Prover soluções financeiras inclusivas e sustentáveis com impacto Socioeconómico nas comunidades rurais.

**AS NOSSAS CRENÇAS: NOSSOS
VALORES ESTRATÉGICOS**

Estabelecem respectivamente:

- ✦ Os objectivos de longo prazo do Conselho de Administração e traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro do Microbanco;
- ✦ A razão da existência do Microbanco e um conjunto de acções que visam orientar a prossecução dos objectivos;
- e,
- ✦ Os princípios e Código de Conduta que consagra os princípios de actuação e as normas de conduta profissional observados no exercício da sua actividade, aplicáveis a todos os colaboradores e membros dos órgãos de gestão.

Estes princípios que movem as atitudes e direccionam as relações, entregas e acções assentes na seguinte base:

- ✦ Deveres éticos: princípio da igualdade de tratamento de todos os clientes, deveres de profissionalismo, seriedade, competência, diligência, lealdade, neutralidade e integridade, princípio da prevalência dos interesses dos clientes sobre o interesse dos trabalhadores, dever de sigilo, de colaboração com todas as autoridades de supervisão bancária, deveres de conduta interna;
- ✦ Princípios gerais relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- e;

- ✦ Princípios gerais sobre a comunicação de fraudes, irregularidades e tratamento de reclamações de clientes.

**Valores
Fundamentais**

Integridade,
Profissionalismo,
Responsabilidade
Social, Trabalho em
Equipa e Inovação.

- ✦ Integridade: cumprindo escrupulosamente as disposições legais, regulamentares e contractuais, respeitando os valores éticos e obedecendo às normas de conduta em vigor;
- ✦ Profissionalismo: de modo a prestar o melhor serviço aos clientes e a estabelecer relações com todos os *stakeholders*, com elevada competência técnica, rigor e diligência;
- ✦ Responsabilidade social: perante os nossos clientes, parceiros estratégicos e comunidade, com ênfase para o envolvimento em programas e iniciativas de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de literacia financeira;
- ✦ Trabalho em equipa: com uma cultura de rigor, transparência, objectividade e assegurando o cumprimento das melhores práticas na gestão do risco, reforçando a confiança dos clientes; e,
- ✦ Inovação, apostando no progresso tecnológico, numa lógica de resposta

multicanal à evolução das expectativas e preferências dos clientes.

OBJECTIVOS PARA 2026

Antecipando o exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, prevê-se que 2026 continuará particularmente desafiador para as áreas de gestão de risco do Microbanco Confiança, S.A. Neste contexto, a nova estrutura de governação concentrará esforços em actividades estratégicas, com os seguintes objectivos principais:

1. Gestão abrangente de riscos:

Identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e monitorização dos riscos financeiros e não financeiros a que o Microbanco está exposto no desenvolvimento de suas actividades.

2. Plano de acção para eficácia e valor agregado:

Desenvolvimento e implementação de um plano de acção que fortaleça os processos internos, melhore o reconhecimento e mitigação de riscos, e agregue valor mesmo em cenários desafiadores, incluindo manifestações e volatilidade de mercado.

3. Conclusão da estratégia digital:

Finalização da implementação da estratégia digital, promovendo proximidade presencial e

digital aos clientes, além de harmonização de práticas e conceitos em toda a organização.

4. Ciber-resiliência e segurança digital:

Investimento nos melhores padrões de ciber-resiliência, fortalecendo a capacidade de resposta a ameaças emergentes e garantindo a prestação de serviços financeiros digitais de ponta sem comprometer a segurança. Este compromisso com a excelência em cibersegurança é fundamental para abraçar a inovação digital com confiança.

A estrutura de governação de riscos será orientada para estabelecer um ambiente independente, robusto, integrado e abrangente, em conformidade com a regulamentação vigente e melhores práticas de mercado, adoptando uma postura prospectiva para assegurar a prosperidade do Microbanco. Nas notas explicativas das demonstrações financeiras, será garantido que todos os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorizados, controlados, mitigados e reportados adequadamente.

O Microbanco adopta o modelo das três linhas de defesa, conforme definido abaixo:

Primeira linha de defesa: composta pelas áreas geradoras de negócio e áreas de suporte, responsáveis pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos inerentes à sua actividade.

Segunda linha de defesa: composta pelas funções de gestão de riscos e conformidade, que actuam em parceria com a primeira linha para assegurar a adequada gestão dos riscos identificados.

Terceira linha de defesa: composta pela função de auditoria interna (DAI), responsável por realizar análises independentes baseadas em risco sobre as demais linhas de defesa, garantindo supervisão efectiva e melhoria contínua dos controlos internos.

ANÁLISE FINANCEIRA

O ritmo de crescimento económico no País abrandou penalizado pela elevada restritividade da Política Monetária, e apesar deste contexto nacional, o nosso produto bancário comercial ascendeu a 232,1 Milhões de meticais decorrente do cumprimento de metas comerciais e estratégicas do sucesso do modelo de negócio, que proporcionaram o crescimento das comissões e da margem financeira.

Os custos operacionais totalizam 45,83Mt, contra 42,84Mt de 2024 (+12.4% sobre a média dos últimos 4 trimestres), com a manutenção de um elevado nível de eficiência e um rácio *Cost to Income* Comercial de 29,7%, contra 36,9%); de 2024

- Perfil de risco estável, com o montante alocado a imparidades para Empréstimos a Clientes a totalizar

110,4 milhões equivalente a um custo de risco de 8.2pb.

O resultado líquido do exercício foi de aproximadamente 3,0 milhões de Meticais, reflectindo um contexto operacional exigente, marcado pelo aumento das imparidades e provisões, mas evidenciando, ainda assim, a resiliência do modelo de negócio e o contributo de todos os envolvidos nas operações do Microbanco.

O Microbanco Confiança, S.A. mantém uma estrutura financeira sólida e uma cultura de gestão de risco orientada para resultados sustentáveis, baseada nos seguintes objectivos estratégicos:

- **Balço sólido e gerador de valor:** assegurar liquidez adequada e fortalecer a capacidade de gerar valor sustentável para accionistas e stakeholders.
- **Cultura de gestão de riscos proactiva:** antecipar, identificar e mitigar riscos financeiros e operacionais, garantindo segurança e resiliência nas operações.
- **Foco na mitigação do ciber-risco:** adoptar práticas robustas de ciber-resiliência e segurança digital para proteger dados, operações e clientes.
- **Foco no cliente e na rentabilidade:** equilibrar a excelência no atendimento às necessidades dos clientes com a sustentabilidade financeira e o crescimento responsável do negócio.

Os indicadores de solvabilidade Rácio **Tier1** e Rácio Global de 49% e de liquidez, traduzidos no rácio de curto prazo LCR (*liquidity coverage ratio*) de 17% e a qualidade do nosso Balço, onde 87% do total do activo líquido são empréstimos e disponibilidades em Bancos, continuam a demonstrar a capacidade do Microbanco para enfrentar momentos de maior incerteza, constituindo igualmente a base para o próprio crescimento. Uma gestão diligente dos custos operacionais é uma principal prioridade, assim, os nossos custos operacionais cresceram 6%, embora acima da inflação anual de 6%, ainda assim compensou. A preocupação com a solidez está também reflectida na proposta de incorporação da totalidade dos Resultados Líquidos do ano em capital, reforçando assim ainda mais os fundos próprios de base da instituição. É nossa convicção que 2026 com a solidez financeira será mais um ano de teste do modelo de negócio, está preparado para um novo ciclo de criação de valor ainda mais ambicioso, onde a agilidade e capacidade de reinvenção constante da organização continuará a ser determinante para a sustentabilidade a médio e longo prazo.

Uma gestão diligente dos custos operacionais continua a ser uma das nossas principais prioridades. As difíceis condições operacionais que se verificaram esse ano obrigaram a uma atenção acrescida, que acabou por ser compensadora.

O Microbanco manteve presença sólida nas Províncias de Maputo, Gaza e Sofala (Mafambisse) promovendo a inclusão financeira e o acesso aos serviços financeiros para MPME's e particulares tendo financiado 8798 clientes no valor de 846 milhões de meticais fortalecendo assim a relação com os clientes.

Em termos do desempenho financeiro, a boa notícia é que a receita cresceu mais de forma sustentável, impulsionado pela evolução da carteira de crédito que aumentou 15% principalmente pela carteira agronegócio, destacando um registo do Produto Bancário 2,50% com uma Margem Financeira 2,19%. As despesas administrativas totais ficaram amplamente em linha com nossas projecções, praticamente estáveis e em alta de 1,5%. O Resultado Líquido sofreu uma redução de 40,%, condicionada pelo forte aumento dos custos com Imparidades e Provisões em 36,1%, reflexo da prudência na incerteza em recuperar activos expostos ao risco de crédito em cenário contínua deterioração devidos os impactos pós-eleições de 2024.

O desempenho geral manteve-se sólido e com um crescimento da carteira de crédito de 14,83% acompanhada por uma melhor qualidade, o que demonstra o compromisso do financiamento aos sectores produtivos

O desempenho financeiro e operacional reflectiu não apenas a solidez da estratégia, mas também o compromisso contínuo em

oferecer serviços financeiros de alta qualidade com zelo e competência.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou 238,9 Milhões de Meticais como resultado da gestão equilibrada das taxas de juro dos activos e do custo de financiamento.

A taxa dos activos aumentou 11pb, de 11,49% sendo de destacar a taxa dos empréstimos a clientes que subiu para 14,83%. O saldo médio dos activos financeiros foi de 976 milhões de meticais (2024: 875 milhões de Meticais).

O saldo médio dos empréstimos para financiamento a carteira aumentou para 329.8 Milhões de Meticais, com uma taxa de remuneração média de 24,19%.

O rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR) situou-se em 17%, comparativamente a 16% em 2024, mantendo-se a instituição num nível de liquidez confortável.

Os resultados financeiros alcançados no presente exercício mantiveram-se positivos, embora inferiores aos do período anterior, reflectindo o aumento das imparidades e provisões.

Em termos de actividade comercial a carteira de empréstimos a clientes (bruto) aumentou 17% para 846 Milhões de Meticais.

Os resultados financeiros alcançados no presente exercício demonstram uma conformidade substancial com as projecções e metas previamente estabelecidas.

Principais indicadores	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Activos Totais	926,800,047	848,655,398
Crédito a Clientes (Líquido)	736,178,817	648,326,952
Recursos de instituicoes de credito	329,848,240	321,881,153
RENTABILIDADE		
Resultado Antes de Impostos	12,594,363	17,229,863
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	4%	3%
Rendibilidade do Activo (ROA)	2%	2%
LIMITES PRUDENCIAIS		
Tier I	49%	54%
Rácio de Solvabilidade	49%	54%
Rácio de Activos Líquidos	2%	2%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	17%	16%
QUALIDADE DOS ACTIVOS		
Crédito Vencido >90 dias	83,170,399	40,709,932
Crédito Vencido Total	25,903,348	9,347,475
Imparidade do Crédito	(110,419,525)	(72,702,581)
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	10%	5%
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	133%	179%
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	426%	778%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	13%	9%
EFICIÊNCIA		
Custos Operacionais	(48,812,918)	(22,021,580)
Outros gastos operacionais	(45,832,844)	(42,849,311)
Gastos com Pessoal	(115,194,279)	(111,705,685)
Custos Operativos/Activos Totais (%)	5%	5%
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	93%	91%
INDICADORES DE NEGÓCIO		
Agências	14	14
No de Colaboradores no final do Período	97	97
No de Clientes	8,864	8,615
Activos Totais	926,800,047	848,655,398

Por estes resultados tão expressivos, o Conselho de Administração congratula vivamente os trabalhadores pelo salutar empenho no alcance de metas e objectivos estratégicos. Suportado por uma sólida performance financeira, o rácio de solvabilidade manteve-se sólido e robusto. Este desempenho evidencia a capacidade de geração de capital do modelo de negócio e a disciplina na alocação do capital.

RISCO DE SOLVÊNCIA

O capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Microbanco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade. O Microbanco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. A 31 de Dezembro de 2025, o rácio de solvabilidade é de 49% (2024: 54%). O mesmo manteve-se acima do recomendado pelo Banco de Moçambique, facto que comprova a solidez financeira do **MICROBANCO CONFIANÇA**.

Para salvaguardar a capacidade do Microbanco manter uma estrutura óptima, monitoriza o capital baseado na relação entre dívida e capitais próprios por forma a manter sua pujança financeira, gerar

retorno para accionistas e benefícios a outras partes interessadas.

PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/CFT)

O Microbanco Confiança, S.A. realiza a monitorização contínua de toda a actividade relacionada à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, com procedimentos e critérios claros para garantir a conformidade e integridade de seus processos.

O Microbanco adopta práticas que permitem:

- Assegurar que clientes e operações não estejam envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo;
- Mitigar qualquer actividade ilícita ou responsável por dano doloso ao meio ambiente;
- Garantir que recursos utilizados não provenham, directa ou indirectamente, de actividades ilícitas.

Para implementar estas medidas, o Microbanco conta com a Política de Prevenção e Combate ao Branqueamento

de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, apoiada por programas regulares de treinamento de todos os colaboradores, incluindo membros do Conselho de Administração, assegurando cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis.

A Auditoria Interna avalia periodicamente a efectividade dos processos PBC/CFT, recomendando acções para aprimoramento de controles e mitigação de riscos, enquanto a Auditoria Externa realiza avaliações independentes dos sistemas, normas, procedimentos, monitoramento, programas de treinamento e conformidade regulatória.

O Microbanco Confiança cumpre rigorosamente a obrigação de comunicação às entidades competentes, garantindo transparência e integridade em todas as operações.

O Microbanco permanece comprometido com as melhores práticas de PBC/CFT, implementando políticas, procedimentos e sistemas de controle que permitem avaliar e mitigar riscos inerentes aos clientes e às relações de negócio, assegurando o cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, bem como das recomendações de supervisores e demais entidades relevantes.

PLANO ESTRATÉGICO E PERSPECTIVA DO NEGÓCIO

Trabalhamos de forma mais inteligente e eficiente, maximizando a utilização de recursos limitados para criar valor sustentável, reforçar a eficiência operacional e gerar impacto positivo duradouro. Este desempenho reflecte o nosso orgulho no cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de sustentabilidade, inovação e geração de valor económico e social.

O Plano Estratégico do MICROBANCO CONFIANÇA, S.A. para o período 2026–2028 desenvolve-se sob o lema “**Acrescentar Valor ao Negócio**”, traduzindo a ambição de consolidar um modelo de crescimento equilibrado, resiliente e orientado para o cliente.

No plano financeiro, o aumento da actividade comercial e dos proveitos, aliado à manutenção da qualidade da carteira de crédito, resultou numa melhoria consistente do rácio de eficiência, reforçando a solidez financeira da instituição.

A disciplina estratégica, combinada com o forte foco no apoio às famílias e à economia real, constitui a base da nossa robusta performance comercial e da geração consistente de capital. Com a abertura de dois novos balcões na

Província de Gaza, o Microbanco continua a expandir a sua presença geográfica, a fortalecer o crescimento do negócio e a incrementar a eficiência das operações, assegurando maior proximidade com as comunidades que servimos.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PERÍODO 2026-2028

O Plano Estratégico do Microbanco Confiança, S.A. para o período 2026–2028 assenta em cinco abordagens de sustentabilidade que sustentam o fortalecimento e o desenvolvimento institucional da organização, nomeadamente: Capital Social, Pessoas, Modelo de Negócio e Inovação, Liderança e Governação, e Ambiente.

Estas abordagens materializam-se em cinco pilares estratégicos fundamentais, a saber:

- i) Identificar, avaliar e mitigar os impactos ambientais;
- ii) Cultivar relacionamentos positivos e duradouros com clientes e comunidades;
- iii) Criar e promover um ambiente de trabalho justo, seguro e inclusivo;
- iv) Desenvolver produtos orientados para o futuro e estabelecer parcerias sólidas e sustentáveis; e

- v) Conceber e manter sistemas e relacionamentos institucionais resilientes.

A implementação desta estratégia está sujeita a diversos desafios, tendo em conta que o Microbanco opera num ambiente económico dinâmico, que pode apresentar condições favoráveis ou adversas ao desenvolvimento das suas actividades. O cumprimento do presente Plano Estratégico requer esforços conjugados a vários níveis, com particular destaque para o empenho e envolvimento dos colaboradores do Microbanco Confiança, S.A., reconhecidos como a força motriz para o sucesso do negócio, em linha com o lema estratégico “Agregar Valor ao Negócio”.

O compromisso do Microbanco com a inovação e a excelência no serviço ao cliente evidencia-se através dos investimentos realizados no aprimoramento das plataformas digitais e canais de interação, reconhecendo a elevada dependência da Instituição em relação à infraestrutura tecnológica. Neste contexto, destaca-se a conclusão da jornada digital como elemento central para a sustentabilidade do modelo de negócio, assegurada pela rentabilidade das operações, por uma gestão prudente dos riscos e pela aposta na simplicidade, excelência do serviço e soluções

inovadoras, integradas numa proposta de valor completa.

O Plano Estratégico prevê ainda o fortalecimento do Microbanco Confiança como instituição financeira rural de referência, especialmente na prestação de serviços a clientes particulares integrados nas cadeias de valor do sector produtivo. O Microbanco posiciona-se como um actor fundamental na oferta de soluções financeiras de elevada qualidade, apoiadas por plataformas digitais que tornam os serviços mais simples, rápidos e acessíveis, promovendo a criação de valor sustentável e a confiança dos clientes.

Adicionalmente, o Plano contempla:

- A implementação de um modelo de governação eficiente, alinhado com as melhores práticas;
- O acompanhamento contínuo da evolução tecnológica no sector financeiro, garantindo a adaptação da Instituição e a manutenção da sua competitividade num mercado dinâmico e concorrencial; e
- O reforço do compromisso com os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos *stakeholders*.

No âmbito da execução estratégica, a gestão definiu como eixos prioritários a

ampliação da carteira de clientes, a aceleração do projecto de introdução de produtos de poupança e a consolidação da viagem digital. Para assegurar o reforço dos fundamentos operacionais, o exercício de 2025 foi estruturado em quatro pilares de acerto do básico, com destaque para:

QUALIDADE DE SERVIÇOS E INOVAÇÃO

- Desenvolvimento de soluções que assegurem a excelência do serviço ao cliente, suportadas pela inovação tecnológica, oferecendo produtos simples, robustos, acessíveis e baseados num conhecimento aprofundado do cliente;
- Centralização da organização no cliente, promovendo uma experiência consistente e diferenciadora;
- Avanço ágil e decisivo nas soluções digitais e nos modelos de acompanhamento, garantindo acessibilidade e disponibilidade dos serviços; e
- Reforço das competências analíticas, aprofundando o conhecimento do cliente, potenciando a geração de valor e apoiando os processos de tomada de decisão.

LIDERANÇA E PROPOSTA DE VALOR

- Resposta às necessidades financeiras dos clientes da zona rural, através de uma proposta de valor completa e abrangente; e
- Reforço da proposta de valor disponibilizada aos clientes, consolidando o posicionamento competitivo em negócios e segmentos estratégicos, com prioridade para o meio rural.

O modelo de governação do Microbanco Confiança, S.A. constitui a base da sua actuação responsável e transparente, sustentando a criação de valor para Accionistas, Clientes, Colaboradores e para a sociedade em geral. Este modelo assegura o equilíbrio entre uma gestão eficaz, uma supervisão rigorosa e a integração dos factores Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) no processo de tomada de decisão. Estruturado de acordo com as melhores práticas nacionais e internacionais e em conformidade com os normativos prudenciais aplicáveis, o Microbanco Confiança procura estabelecer um quadro de governação de confiança, orientado para o alcance dos seus objectivos estratégicos, a protecção dos interesses dos stakeholders

e a contribuição activa para um sistema socioeconómico mais justo e sustentável.

ESTRUTURA DE GOVERNACAO

O MICROBANCO CONFIANÇA adopta uma estrutura de governação sólida, responsável e transparente, orientada para a execução eficaz da sua estratégia, assegurando a criação de valor sustentável no longo prazo e promovendo um crescimento contínuo, equilibrado e resiliente do seu negócio.

RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA

- Alcançar níveis de rentabilidade alinhados às melhores práticas do sector financeiro rural, através da optimização da estrutura de balanço e da simplificação e eficiência dos processos internos de gestão;
- Expandir de forma sustentável a presença territorial para as Províncias de Gaza e Sofala, preservando o modelo de proximidade, conhecimento do cliente e qualidade do serviço; e,
- Assumir uma posição de liderança na gestão de custos, suportada pela racionalização organizacional, simplificação estrutural e maior eficiência operacional.

CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE RISCO GOVERNAÇÃO E DE GESTÃO DE RISCO

- Dar continuidade ao processo de consolidação do modelo de governação e de gestão de riscos, reforçando uma cultura de rigor, controlo e responsabilidade; e,
- Automatizar os processos de decisão de crédito, reduzindo os tempos de análise e contratação, com ganhos significativos de eficiência, agilidade e qualidade do serviço ao Cliente.

JURÍDICO

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Conformidade), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Microbanco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor acções judiciais, relativas à defesa dos direitos do Microbanco, defendendo-o nas acções que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Microbanco.

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar de forma contínua e integrada o perfil global de risco do MICROBANCO CONFIANÇA, SA, assegurando uma visão transversal e prospectiva dos riscos a que a Instituição se encontra exposta. Compete-lhe analisar, desenvolver e propor políticas, metodologias e procedimentos destinados à identificação, avaliação, gestão, controlo e mitigação de todos os tipos de risco, em conformidade com o quadro regulamentar e as melhores práticas do sector.

Adicionalmente, o Departamento de Risco acompanha a evolução do risco por produto, segmento e carteira, bem como a exposição ao risco ajustado aos principais clientes, contribuindo para a tomada de decisões informadas, para a preservação da qualidade dos activos e para a sustentabilidade do modelo de negócio.

AUDITORIA

O Departamento de Auditoria Interna assegura a adequada definição, avaliação e eficácia das actividades de controlo interno, com vista à mitigação dos riscos operacionais mais relevantes inerentes à actividade do Microbanco. Actua de forma independente e objectiva, contribuindo para o reforço da solidez dos processos,

sistemas e mecanismos de controlo da Instituição.

Ao longo do exercício, o Departamento realiza auditorias e inspecções periódicas, orientadas por uma abordagem baseada no risco, que permitem identificar fragilidades, oportunidades de melhoria e potenciais desvios face às políticas internas, à regulamentação aplicável e às melhores práticas do sector. Adicionalmente, define, acompanha e monitoriza a implementação dos planos de acção correctiva, assegurando o seu adequado encerramento e contribuindo para a melhoria contínua da eficiência operacional e da governação do Microbanco.

RECURSOS HUMANOS

O MICROBANCO CONFIANÇA, SA orienta a sua actuação pelo foco na satisfação das necessidades financeiras dos Clientes e pelo compromisso de gerar uma rentabilidade atractiva e sustentável para os seus *Stakeholders*. Reconhecemos que a concretização destes objectivos depende, de forma determinante, da existência de uma equipa altamente qualificada, motivada e alinhada com a missão, visão e valores da Instituição.

Neste sentido, o Microbanco mantém um compromisso contínuo com o investimento

na formação e no desenvolvimento do capital humano, através da implementação de programas estruturados de capacitação que visam o reforço de competências técnicas, comportamentais e de liderança, promovendo a excelência no serviço ao cliente e a competitividade da Instituição no mercado financeiro.

O MICROBANCO CONFIANÇA, SA promove uma cultura organizacional assente na escuta activa e na valorização da voz dos colaboradores, fomentando um ambiente de confiança, credibilidade, imparcialidade, respeito e orgulho de pertença. Esta abordagem fortalece o envolvimento, a responsabilidade individual e colectiva e o compromisso de todos com o alcance dos objectivos estratégicos, posicionando cada colaborador como parte integrante da solução e do sucesso do negócio.

Em alinhamento com a estratégia institucional, foram implementadas diversas iniciativas orientadas para o desenvolvimento e reforço de competências em múltiplas dimensões, incluindo a mobilidade interna de talentos, entre equipas e agências, com o objectivo de potenciar a proximidade ao cliente, assegurar a continuidade da relação comercial e maximizar a geração de valor económico, no curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração do MICROBANCO CONFIANÇA, SA assenta em princípios de equidade, transparência e conformidade legal, sendo estruturada com base nos seguintes instrumentos:

- Descrição e valorização de funções;
- Qualificações e competências exigidas para o exercício das funções;
- Tabela salarial em conformidade com a legislação laboral em vigor;

Sistema de avaliação e gestão de desempenho, orientado para resultados e mérito.

Nos dois últimos anos o número de colaboradores seguiu uma tendência estável, mantendo o total de 97 colaboradores, conforme a representação gráfica que se segue:



No decurso do presente exercício, foram implementadas diversas iniciativas com o objectivo de reforçar a proximidade, o bem-estar e o envolvimento dos colaboradores, bem como de consolidar o compromisso contínuo do MICROBANCO

CONFIANÇA, SA com a responsabilidade social. Destacam-se, entre outras, as seguintes acções:

- Concessão do Dia Livre de Aniversário, atribuído ao colaborador na data do seu aniversário, como forma de reconhecimento pelo seu contributo, dedicação e desempenho no desenvolvimento da Instituição;
- Realização de sessões regulares de educação financeira, dirigidas aos colaboradores, com vista ao reforço da literacia financeira e ao apoio na melhoria da gestão básica dos seus negócios, finanças pessoais e utilização eficiente dos recursos disponíveis.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E FEIRAS DE EXPOSIÇÃO

Em 2025, o MICROBANCO CONFIANÇA manteve o seu compromisso de proximidade com os clientes e parceiros, através de uma participação activa em eventos e feiras de exposição realizadas nas suas áreas de actuação.

O Microbanco acredita que a presença nestes eventos é fundamental para partilhar a sua visão institucional, destacar o impacto no sector financeiro e reafirmar-se como um microbanco rural de referência,

alinhado com as necessidades da sociedade e das comunidades onde opera.

para a promoção da educação, inclusão social e bem-estar infantil.



Doação de Material Escolar ao Orfanato da Missão São Roque

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, o MICROBANCO CONFIANÇA procedeu à doação de diversos materiais escolares e géneros alimentares ao Orfanato da Missão São Roque, localizado no Distrito de Matutuíne, Província de Maputo, que acolhe crianças órfãs, abandonadas e em situação de vulnerabilidade.

Esta iniciativa enquadra-se no compromisso do Microbanco com a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, contribuindo

Apoio às Festividades do 52.º Aniversário do Governo do Distrito de Matutuíne

O MICROBANCO CONFIANÇA apoiou as festividades comemorativas do 52.º Aniversário do Governo do Distrito de Matutuíne, na Província de Maputo, com o objectivo de contribuir para a realização das diversas actividades culturais para celebração desta importante data.

Este apoio reflecte o compromisso institucional do Microbanco com o desenvolvimento das comunidades locais e o fortalecimento da sua relação com as autoridades e a população. Durante o evento, foi igualmente possível divulgar e comercializar produtos de crédito, no âmbito da feira de negócios, bem como proceder à oferta de diversos brindes promocionais.



FACIM 2025 – Dinamização Comercial

O MICROBANCO CONFIANÇA marcou presença na 59.^a edição da FACIM, realizada de 26 de Agosto a 01 de Setembro de 2025, no Distrito de Marracuene, um dos maiores eventos de negócios do país. A participação teve como objectivo a promoção das soluções de produtos e serviços, a captação de novos clientes, o reforço da visibilidade institucional e a exploração de novas oportunidades de negócio, através do contacto directo com executivos, líderes de organizações e empreendedores de diversos sectores de actividade.

Campeonato de Futebol Recreativo de Matutuine

O apoio às áreas sociais foi igualmente evidente no sector do desporto, através do patrocínio exclusivo ao Campeonato de Futebol Recreativo de Matutuine, que contou com a participação de 12 equipas provenientes de várias localidades do Distrito. No âmbito deste apoio, foram disponibilizados aos atletas e à comissão organizadora diversos materiais desportivos, nomeadamente equipamentos, bolas, kits de arbitragem, bem como troféus para o melhor jogador, melhor árbitro e melhor guarda-redes. Adicionalmente, foram atribuídos prémios monetários às equipas classificadas nas três primeiras posições.

De salientar que, o principal benefício no apoio ao campeonato foi o fortalecimento do envolvimento juvenil, promovendo a união, a convivência comunitária e a educação social. A iniciativa contribuiu para a ocupação saudável dos jovens, através de uma actividade desportiva competitiva, estruturada e socialmente positiva.



PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Os resultados de 2025 confirmam a eficácia da nossa estratégia de transformação digital, com impactos positivos na modernização dos serviços e no aumento da satisfação dos Clientes. Com uma base sólida e uma visão focada na inovação, continuaremos a investir no

desenvolvimento de soluções tecnológicas e na excelência operacional, reafirmando o nosso compromisso com os desafios de um mercado em constante evolução.

AGRADECIMENTOS

Olhando para 2026, reiteramos o nosso compromisso contínuo com a melhoria da eficiência operacional, a satisfação do cliente e a promoção da inclusão social, bem como com o cumprimento das metas de negócio estabelecidas para 2025.

Mantemos firme a orientação para crescer de forma sustentável, com especial enfoque no segmento de crédito voltado às cadeias agrícolas, na construção de parcerias estratégicas e na expansão dos canais de atendimento, procurando estar cada vez mais próximos dos nossos clientes e das suas necessidades.

Expressamos, igualmente, um reconhecimento profundo aos nossos colaboradores, pelo contributo competente, resiliência e dedicação, que permitiram à Instituição, mesmo diante de adversidades, alcançar resultados relevantes e consistentes em 2025. Aos nossos Clientes, agradecemos pela confiança e por valorizarem a qualidade dos nossos serviços. Reafirmamos o compromisso com a transparência e a disponibilização de informações fidedignas, capazes de atender

às expectativas de todos os nossos *stakeholders*.

Aos accionistas, agradecemos a confiança depositada neste Conselho de Administração e no Comité Executivo, reiterando o compromisso de concretizar a missão do MICROBANCO CONFIANÇA, SA e de alinhar as nossas acções à visão dos Accionistas, potenciando talento, inovação e informação para servir os clientes com excelência e maximizar o valor.

Ao Banco de Moçambique, reconhecemos o acompanhamento diligente do sector e da conjuntura económica nacional, favorecendo o desenvolvimento sustentável do nosso negócio. Aos parceiros financeiros – **Banco de Moçambique/KfW, SIMBIOTYC, VISTA BANK e MOZABANCO** – agradecemos pela acessibilidade de fundos, compreensão e colaboração prestada.

Aos novos órgãos sociais não executivos, expressamos gratidão pelo apoio contínuo e pelo acompanhamento atento do ambiente de negócios do Microbanco. Aos Auditores I2A, agradecemos pela colaboração e rigor profissional que contribuíram para a credibilidade e transparência das nossas demonstrações financeiras.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Bela Vista, 30 de Janeiro de 2026

Atentamente



Bernardo Luís Tembe
(Administrador Delegado)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Accionistas do **MICROBANCO CONFIANÇA, SA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do **Microbanco Confiança SA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No decurso deste exercício, acompanhamos na oportunidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução das actividades do Microbanco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, e dos diversos serviços internos as informações e os esclarecimentos solicitados.

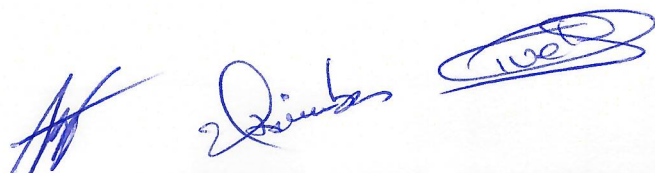
Examinamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, que satisfazem os requisitos legais e estatutários ao abrigo do Código Comercial.

A Demonstração de Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral do Microbanco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 espelham um Resultado Líquido de MZN 3.004.982 o qual traduz o resultado da actividade do Microbanco.

O Relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Microbanco no exercício findo a 31 de Dezembro de 2025.

Apreciamos de igual modo o relatório dos Auditores Externos, a **I2A AUDITORES, SA.**, relativo às demonstrações financeiras do Microbanco do exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, cujo âmbito da auditoria e opinião expressa mereceu a nossa concordância.

Consideramos que as Demonstrações Financeiras e o relatório do Conselho de Administração, bem como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro, pelo que recomendamos a sua aprovação em Assembleia Geral dos accionistas.



O Conselho Fiscal deseja expressar o seu agradecimento ao Conselho de Administração e seus colaboradores pela dedicação e zelo e valiosa colaboração que lhe foi prestada.

Bela Vista, 29 de Abril de 2026

O CONSELHO FISCAL

Araceli M. Torres

Stelia Inete Becculano Zualo

Renzo Jimenez

ACTA Nº: 001/CMcb/CF/2026

Sessão Ordinária dos membros do Conselho Fiscal

Microbanco Confiança, SA.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

do exercício de Dois mil e Vinte e Cinco

Aos vinte nove dias do mês de Abril de dois mil e vinte e seis, pelas 09:00 horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do Microbanco Confiança, no Centro de Escritórios do Hotel Rovuma, terceiro andar, porta número trezentos e vinte e quatro, em sessão Ordinária.

A reunião teve como pontos de agenda:-----

1. Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício 2025

A sessão decorreu normalmente e foi unanimamente produzido o relatório em anexo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão por volta das Onze horas e trinta minutos, da qual lavrou-se a presente Acta, que vai assinada por todos os membros presentes. -----

Otilia Svete Sobralano Zeala

Francisco

Francisco

ÂMBITO DAS RESPONSABILIDADES E APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que dêem uma imagem fiel da situação financeira do Microbanco Confiança, S.A. no termo do exercício, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e outras informações contidas no presente relatório.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas e foram feitas estimativas razoáveis. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o exercício.

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do Microbanco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco no Microbanco centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o negócio.

A função de auditoria interna do Microbanco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito, analisa, avalia e quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

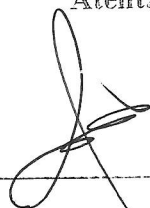
O departamento de Auditoria interna, juntamente com os externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. A auditoria está convencida que os auditores externos são independentes. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do Microbanco e pelo Banco Central.

O Microbanco adota uniformemente políticas contabilísticas adequadas e reconhecidas e as normas do Microbanco de Moçambique, sendo estas suportadas por avaliações e estimativas razoáveis e prudentes, numa base coerente. As demonstrações financeiras anuais do Microbanco cumprem as IFRS. É da responsabilidade dos auditores independentes, I2A Auditores, SA. avaliar a apresentação apropriada das demonstrações financeiras anuais. O seu relatório sem ressalvas, destinado aos accionistas do MICROBANCO CONFIANCA SA.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2025, constantes das páginas 34 a 72, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Microbanco Confiança, S.A, em 27 de Janeiro de 2026 e vão assinadas em seu nome pelo:

Bela Vista, 19 de Fevereiro de 2026

Atentamente



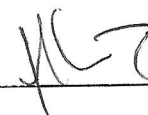
Elísio Matias Langa

(Presidente Do Conselho De Administração)



Bernardo Luís Tembe

(Administrador Delegado)



Francisco Alfredo Cuamba

(Administrador Financeiro)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do Microbanco Confiança, SA.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Microbanco Confiança, SA. (“Microbanco”), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração dos resultados, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Companhia de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório do Conselho de Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. O Conselho de Administração espera divulgar o Relatório do Conselho de Administração após a data deste Relatório do Auditor Independente.

A nossa opinião com sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Face ao acima exposto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Microbanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Microbanco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Microbanco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

I2A AUDITORES, S.A

Sociedade de Auditores Certificados 22/SCA/OCAM/2017, representada por:

A blue ink signature of Manuel Joaquim Fonseca is written over a blue circular stamp. The stamp contains the number '129' and the word 'AUDITORES' below it.

Manuel Joaquim Fonseca (Auditor Certificado nº 26/CA/OCAM/2012)

Maputo, 01 de Abril de 2026

Demonstração dos Resultados do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	6	277,037,866	238,401,680
Juros e gastos similares	6	(48,812,918)	(22,021,580)
Margem financeira		228,224,948	216,380,100
Rendimentos de serviços e comissões	7	19,216,864	19,998,107
Diferenças cambiais não realizadas		(634,455)	(565,784)
Encargos com serviços e comissões	7	(8,006,311)	(5,838,380)
Serviços e comissões líquidas		10,576,098	13,593,943
Rendimentos operacionais		238,801,046	229,974,043
Imparidade líquida do exercício	13	(38,157,045)	(30,951,675)
Rendimentos operacionais líquidos		200,644,001	199,022,368
Gastos com pessoal	8	(115,194,279)	(111,705,685)
Depreciações e amortizações	15 e 16	(28,768,187)	(29,380,884)
Outros gastos operacionais	9	(45,832,844)	(42,849,311)
Outros rendimentos operacionais	10	1,745,671	2,143,375
Gastos operacionais		(188,049,638)	(181,792,505)
Resultado antes do imposto		12,594,363	17,229,863
Imposto corrente	11	(9,953,750)	(7,096,829)
Imposto diferido	11	364,370	334,193
Resultado líquido do exercício		3,004,982	10,467,227

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	1,721,301	528,881
Disponibilidades em instituições de crédito	12	22,750,398	12,957,842
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	736,178,817	648,326,952
Outros activos	14	1,168,678	2,792,300
Activos tangíveis e direito de uso	15	162,651,400	178,537,491
Activos intangíveis	16	965,095	4,214,992
Activos por impostos	11	698,563	334,193
Despesas com encargo diferido	14	665,795	962,747
Total dos activos		926,800,047	848,655,398
Passivos			
Outros passivos	17	196,261,029	129,088,449
Empréstimos	18	329,848,240	321,881,153
Total dos passivos		526,109,269	450,969,602
Capital próprio			
Capital social	19	400,000,000	400,000,000
Reservas	19	5,999,734	2,859,566
Resultados transitados	19	(8,313,938)	(15,640,997)
Resultado líquido do exercício		3,004,983	10,467,227
Total do capital próprio		400,690,779	397,685,796
Total do capital próprio e passivo		926,800,047	848,655,398

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração das Variações no Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total de capital próprio
Saldo a 1 de Janeiro de 2024	400,000,000	2,295,994	(16,955,998)	1,878,573	387,218,569
Aplicação do resultado	-	563,572	1,315,001	(1,878,573)	-
Resultado do exercício	-	-	-	10,467,227	10,467,227
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	400,000,000	2,859,566	(15,640,997)	10,467,227	397,685,796
Aplicação do resultado	-	3,140,168	7,327,059	(10,467,227)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	3,004,983	3,004,983
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	400,000,000	5,999,734	(8,313,938)	3,004,983	400,690,779

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Notas	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		12,594,363	17,229,863
<i>Ajustamentos de:</i>			
Depreciações e amortizações	15.16	28,768,187	29,380,884
Perdas por imparidade de crédito	13	37,716,944	27,786,566
Variação de empréstimos e adiantamentos a	13	(125,568,809)	(106,729,361)
Variação de outros activos operacionais	14	(1,556,204)	1,527,323
Variação de passivos operacionais	17	67,172,580	26,401,009
Imposto sobre o rendimento	11	4,326,458	(4,326,458)
Cash flow gerado / (usado) das actividades		23,453,519	(8,730,174)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	15	(20,435,628)	27,875,191
Aquisição de activos intangíveis	16	-	(714,555)
Cash flow usado nas actividades de investimento		(20,435,628)	27,160,636
Actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	18	(22,418,889)	(95,222,915)
Recebimento de empréstimos	18	30,385,976	76,427,954
Cash flow usado nas actividades de financiamento		7,967,087	(18,794,961)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		10,984,978	(364,499)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	13,486,724	13,851,223
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	24,471,701	13,486,724

A ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Índice

2.	BASE DE PREPARAÇÃO E SÍNTESE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	39
2.1	PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
2.2	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	40
2.2.1.	TRANSACCÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	40
2.2.2.	ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	41
2.2.2.	IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS.....	47
2.2.3.	CRÉDITO ABATIDO AO ACTIVO (<i>WRITE-OFF</i>).....	52
2.2.4.	RENDIMENTOS E ENCARGOS DE JUROS.....	53
2.2.5.	RENDIMENTOS PROVENIENTES DE SERVIÇOS E COMISSÕES	53
2.2.6.	ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS DE DIREITO DE USO	54
2.2.7.	ACTIVOS INTANGÍVEIS	56
2.2.8.	IMPOSTOS.....	57
3.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS	58
4.	NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS.....	59
5.	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS	60
6.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	60
7.	RENDIMENTO LÍQUIDO DE TAXAS E COMISSÕES	61
8.	GASTOS COM O PESSOAL.....	61
9.	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	61
10.	OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	62
11.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	62
12.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63
13.	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	64
13.1	IMPARIDADE ACUMULADA.....	64
14.	OUTROS ACTIVOS.....	64
15.	ACTIVOS TANGÍVEIS E SOB DIREITO DE USO	66
16.	ACTIVOS INTANGÍVEIS	67
17.	OUTROS PASSIVOS.....	68
18.	EMPRÉSTIMOS E SUPRIMENTOS	69
19.	CAPITAL SOCIAL.....	69
20.	PARTES RELACIONADAS	70
21.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	71
22.	JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	71
23.	GESTÃO DO RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS	72

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

O MICROBANCO CONFIANÇA, SA (doravante designado “MICROBANCO”), é uma instituição financeira privada, do tipo caixa financeira Rural constituída em 06 de Dezembro de 2016 e licenciado pelo Banco Central de Moçambique em Julho de 2017, e tem sua Sede em Bela Vista, Distrito de Matutuine, Província de Maputo, Moçambique. O Microbanco presta serviços de concessão de créditos a particulares, particularmente para agricultura, habitação, comércio, serviços, bens de consumo e Microleasing, a colaboradores no sector público e privado.

2. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas

2.1 Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Microbanco Confiança SA, foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso n.º 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

As demonstrações financeiras individuais do Microbanco agora apresentadas são referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025. As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025. As demonstrações financeiras estão expressas em Meticais, arredondados ao milhar mais próximo e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Microbanco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Microbanco Confiança SA evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contabilísticas descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão na reunião do Conselho de Administração em 22 de fevereiro 2026 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em sua Assembleia-Geral Ordinária.

2.2 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras, foram aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e são as que estão descritas abaixo:

2.2.1. Transacções em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as respectivas notas anexas são mensuradas na moeda do ambiente económico em que o Microbanco, designada por moeda funcional, que é o “Metical”, que é também moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Transacções e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração dos

resultados do exercício. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação.

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Dólar Americano	63.91	63.9
Euro	75.01	70.65
Rand Sul-Africano	3.85	3.47

2.2.2. Activos e passivos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Microbanco, assim como em caso de *default*, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte.

Os activos e passivos financeiros mais significativos do Microbanco são os seguintes:

(a) Activos financeiros

Saldo com outros bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes

Valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo, devendo ser mensurados pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem satisfeitas:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objectivo de manter os activos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e;

- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do principal em aberto (SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*).

Os créditos a clientes incluem empréstimos concedidos a clientes, depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva menos perdas por imparidade.

Os créditos a clientes e contas a receber são desreconhecidos do balanço quando:

- i) Os direitos contratuais do Microbanco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram;
- ii) O Microbanco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou
- iii) Não obstante o Microbanco ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Microbanco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidade no Banco Central” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis e com estimativa razoavelmente reduzido da variação do risco na determinação do justo valor, por serem de muito curto prazo.

Activos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por resultados

Os activos financeiros nesta categoria são aqueles que não são mantidos para negociação e foram designados pela Administração no reconhecimento inicial ou são obrigatoriamente avaliados pelo justo valor de acordo com o IFRS 9.

Princípios da mensuração do justo valor

O Microbanco avalia os instrumentos financeiros pelo justo valor em cada data de reporte. O justo valor é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir uma responsabilidade numa transação ordenada entre os participantes do mercado na data de determinação. A determinação do justo valor baseia-se na presunção de que a transação para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal do activo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou responsabilidade.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Microbanco.

O justo valor de um activo ou de uma responsabilidade é medido utilizando os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o activo ou a responsabilidade, assumindo que os participantes no mercado actuam no seu melhor interesse económico.

O Microbanco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuados com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para activos e passivos cujos justos valores sejam medidos numa base recorrente, o Microbanco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis da hierarquia de justo valor, através da reavaliação da categorização (com base na entrada de nível/ nível mais baixo que é significativa para a medição do justo valor no seu conjunto) no final de cada período de reporte.

Desreconhecimento de activos financeiros

Os activos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos activos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e:

- i) O Microbanco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou
- ii) O Microbanco não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do activo transferido.

O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Microbanco, assim como em caso de default, falência ou insolvência do contratante ou da contraparte.

- + Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

O Microbanco desreconhece um activo financeiro, associado a operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, se torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento. A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 (*Stage 1*) para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito. Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação.

Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efectiva original da operação, o Microbanco reconhece um ganho ou perda de modificação.

- + Modificação de créditos

Ocasionalmente, o Microbanco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a Clientes. Nestas situações, o Microbanco avalia se os novos termos do contracto são substancialmente diferentes dos termos originais. O Microbanco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes factores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou *equity-based return*, que afecte substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afecte significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contracto forem significativamente diferentes, o Microbanco desreconhece o activo financeiro original e reconhece o novo activo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Microbanco também avalia se o novo activo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efectuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contracto não forem significativamente diferentes, a renegociação, ou modificação, não resulta em desreconhecimento e o Microbanco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do activo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original (ou taxa de juro efectiva ajustada para activos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

Após a modificação, o Microbanco pode determinar que o risco de crédito melhorou significativamente e que os activos passaram do *Stage 3* para o *Stage 2 (Expected Credit Loss “ECL” life-time)* ou do *Stage 2* para o *Stage 1 (ECL 12 meses)*. Esta situação apenas pode ocorrer quando o desempenho do activo modificado estiver de acordo com

subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar

As obrigações relativas a outros valores a pagar que são mensurados ao custo devido ao entendimento de que este é o justo valor da contraprestação a serem pagas pelo Microbanco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é liquidada, perdoadada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor original do passivo e o montante pago é reconhecida no resultado.

2.2.2. Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada (*ECL – Expected Credit Loss*) para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes *stages*, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas há 12 meses (*Stage 1*) e *Life-time* (*Stages 2 e 3*). Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios (*Stages*) tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- **Stage 1: Performing** - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- **Stage 2: Under-performing** - Os activos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de “default” que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto;
- **Stage 3: Non-performing** - Os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade “default” na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. O incumprimento do contracto pode ser verificado por via de contágio de outros da mesma contraparte que representem mais de 25%. Neste caso, o montante de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de um montante igual a:
 - Perda esperada por risco de crédito há 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada *Stage 1*);
 - Ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como *Stage 2 e Stage 3*);
 - Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

Inputs na Mensuração das perdas esperadas de crédito (ECL)

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das perdas esperadas de crédito (ECL) numa base individual incluem os seguintes Factores de Risco:

- i) Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD) – É a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito. As PD são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos compreendendo tanto factores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também é alterada. Os graus de risco são um *input* de elevada relevância para a determinação das PD associadas a cada exposição. O Microbanco recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos;

Periodicamente, o Microbanco verifica se as estimativas das curvas de PD reflectem adequadamente as taxas de incumprimento de observações fora do histórico através de exercícios de *backtesting*. O exercício consiste na definição de um período (geralmente 12 meses) de dados observados fora do período de estimação das curvas de PD, designado período de teste. Durante o exercício, o Microbanco realizou o exercício de *backtest*, para os factores de risco que vigoraram durante o ano de 2024, mas que diferem dos factores de risco actualizados para o fecho das contas de 31 de Dezembro de 2023. Com base no resultado do exercício de *backtest* o Microbanco conclui que existe evidência estatística de que as curvas PD estimadas no modelo de cálculo de imparidade individual reflectem adequadamente as taxas de incumprimento nos produtos inferido.

- ii) Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD) – Representa a percentagem do valor de um crédito que o Microbanco espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência

de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação. O Microbanco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* de contrapartes.

- iii) Exposição no momento do Incumprimento (*Exposure at Default – EAD*) - A EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. O Microbanco obtém os valores de EAD a partir da exposição actual da contraparte e de alterações potenciais ao valor actual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo amortizações.
- iv) Factores de conversão de crédito (*Credit Conversion Factors – CCF*) - Representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao *default*. O Microbanco utiliza os CCF definidos internamente.

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos e outros dados históricos relevantes, ajustados de forma a reflectir a informação *forward-looking*.

- i. **Análise Colectiva** – Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em *Stage 1*.

O Microbanco efectua uma análise por produtos (homogéneos) para apuramento das perdas por imparidade. A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contracto e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários macroeconómicos futuros, descontados à taxa de juro nominal dos instrumentos financeiros.

A imparidade colectiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Microbanco determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento actual e passado e a visão prospectiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram reflectir:

- i) Uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- ii) O valor temporal do dinheiro; e
- iii) Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais (*Point-in-Time*) e previsões de condições económicas futuras (*Forward Looking*).

Na determinação das perdas esperadas de crédito, o Microbanco procede da seguinte forma:

- ii. **Análise Individual (AI)** – Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em *Stage 2* ou *Stage 3*.

O Microbanco efectua análise individual qualitativa e quantitativa para assegurar a situação de todos clientes com exposições consideradas significativas para os riscos associados à carteira. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Microbanco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise colectiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à Probabilidade de *Default*) e uma estratégia de recuperação.

A análise de cada cliente/Produtos, bem como a existência de perdas por imparidade, deve ter em consideração, entre outros, os seguintes factores:

- Aspectos contratuais, avaliando o potencial incumprimento das condições contratuais, ou a existência de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes;

- Aspectos financeiros, avaliando a potencial redução das receitas brutas, ou do resultado líquido;
- A avaliação das garantias recebidas, incluindo a sua natureza, formalização efectiva, valorização e grau de cobertura;

Esta análise é obtida através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respectiva Área Comercial) e validado pelo Comité de Crédito (CC) e aprovado pelo Conselho de Gerência (CG).

Todas as operações de crédito que forem analisadas de forma individual, mas para as quais não seja reconhecida a imparidade deverá ser atribuída à Imparidade que teria se tivesse sido submetido a uma análise Colectiva. Contudo, metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Microbanco.

iii. Informação “Forward-looking”

De acordo com o modelo assente nos requisitos definidos na IFRS 9, a mensuração das perdas esperadas exige também a inclusão de informação prospectiva (*forward-looking information*) com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente dados macroeconómicos. Neste âmbito, as estimativas de perdas esperadas de imparidade de crédito passam a incluir cenários macroeconómicos cuja probabilidade implícita de materialização é avaliada considerando eventos do mercado, tais como: A taxa de Inflação; a evolução do PIB; e o Prime rate.

2.2.3. Crédito abatido ao activo (*write-off*)

O Microbanco reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo. Este registo ocorre após todas as acções desenvolvidas pelo Microbanco se revelarem infrutíferas.

Os créditos abatidos ao activo são sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de dez anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

2.2.4. Rendimentos e encargos de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

2.2.5. Rendimentos provenientes de serviços e comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica “Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado”.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.2.6. Activos tangíveis e activos de direito de uso

(a) Activos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os Activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Microbanco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Item	Vida útil média
Imóveis de Serviços Próprios	25
Edifícios Arrendados	10
Mobiliário e Equipamento Administrativo	4
Viaturas	4

Sempre que existem indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos em resultados.

(b) Activos sob direito de uso (Locações)

Os direitos de uso do activo são apresentados conjuntamente com os activos tangíveis na posição financeira. Os Activos sob direito de uso são inicialmente mensurados ao custo e, subsequentemente, ao custo menos quaisquer depreciações e perdas de imparidade acumuladas, e ajustados de quaisquer remensurações do passivo da locação. Os activos sob direito de uso são depreciados desde a entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

Passivos de locação

O passivo da locação é inicialmente mensurado ao valor actual dos pagamentos de locação a serem pagos ao longo do prazo de locação, descontados à taxa implícita da locação ou, caso a taxa não possa ser facilmente determinada, à taxa incremental de financiamento do Microbanco. Geralmente, o Microbanco utiliza a sua taxa incremental de financiamento como taxa de desconto.

O passivo da locação é subsequentemente incrementado pelo custo com juros no passivo da locação e diminuído pelos pagamentos de locação efectuados. É remensurado quando existir alteração nos pagamentos futuros de locação decorrentes de uma alteração num índice ou taxa, uma alteração na estimativa do montante expectável a pagar sob uma garantia de valor residual, ou se apropriado, alterações na avaliação sobre se uma opção de compra ou de prorrogação é razoavelmente certa de ser exercida ou uma opção de rescisão é razoavelmente certa de não ser exercida.

Julgamento na determinação do prazo da locação

O Microbanco aplicou julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contractos, nos quais se encontra na posição de locatário, os quais incluem opções de prorrogação e rescisão. O Microbanco determina o prazo da locação como o período não cancelável, durante o qual tem o direito de utilizar um activo subjacente, juntamente com os períodos abrangidos por uma opção de prorrogar a locação se existir uma certeza razoável de exercer essa opção e os períodos abrangidos por uma opção de rescisão se existir uma certeza razoável de não exercer essa opção.

A avaliação se o Microbanco irá ou não exercer tais opções terá impacto no prazo da locação, o que afectará significativamente o montante dos passivos da locação e dos activos sob direito de uso reconhecidos.

O Microbanco tem a opção, nomeadamente nos contractos de arrendamento de imóveis, de arrendar os activos por prazos adicionais de 1 a 5 anos. O Microbanco aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de prorrogação, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício ou não da mesma.

Quando o Microbanco actua como locador, no início da locação determina se a mesma deve ser classificada como uma locação operacional ou uma locação financeira.

Para classificar cada locação, o Microbanco efectua uma avaliação global sobre se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente. No caso de a locação transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente, a mesma é classificada como locação financeira, caso contrário, como locação operacional.

Como parte desta avaliação, o Microbanco considera alguns indicadores tais como se a locação é realizada para a maior parte da vida económica do activo.

2.2.7. Activos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os Activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Software

Os custos incorridos com a aquisição de software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Microbanco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período de vida útil estimado, correspondendo normalmente há 5 anos.

2.2.8. Impostos

(a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

(b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial da goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Microbanco são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na subcapítulo 2.2.3) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Avaliação do modelo de negócio

A classificação e a mensuração dos activos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Microbanco determina o modelo de negócio em função da forma como pretende gerir os activos financeiros e os objectivos de negócio.

O Microbanco monitoriza se a classificação do modelo de negócio é apropriada com base na análise do desreconhecimento antecipado dos activos ao custo amortizado, avaliando se é necessária uma alteração prospectiva da mesma.

Princípio da continuidade

O objectivo principal do **Microbanco Confiança SA** é assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controle interno, informação e sistemas seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida em que o Microbanco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam.

A Administração avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Microbanco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Microbanco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

O capital próprio do **Microbanco Confiança, SA** em 31 de Dezembro de 2025 é superior a 90% do seu capital social, o que coloca o **Microbanco Confiança, SA** numa situação privilegiada sob ponto de vista de continuidade. Adicionalmente, esta situação saudável, não deixa de exigir que haja a implementação de medidas para remediar quaisquer potenciais desafios e estamos confiantes que a atenção certa está a ser dada a todos sinais de riscos que necessitem de gestão adequada e serão levadas em conta na Assembleia Geral de Accionistas para aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2025.

4. Novas normas contabilísticas

4.1 Adopção de normas novas e emendas a normas que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2025

- Alterações à IAS 21 – Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.

4.2 Normas (novas e emendadas) que foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2026

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contractos negociados com referência a electricidade gerada a partir de fontes renováveis.
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas com efeito na comparabilidade desses exercícios. Não obstante, a Administração entendeu ser necessário deduzir à conta de clientes os juros vencidos há mais de 90 dias, no montante de 21,122,797 Meticais (2024: 11,195,186 Meticais), em vez de os classificar em outros passivos.

6. Juros e rendimentos similares

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2025	2024
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	277,037,866	237,531,804
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	-	869,876
	277,037,866	238,401,680
<i>Juros e gastos similares</i>		
Juros e encargos similares	(40,641,321)	(15,246,902)
Juros sobre passivos com locação financeira (Nota 17)	(8,171,597)	(6,774,678)
	(48,812,918)	(22,021,580)
	228,224,948	216,380,100

7. Rendimento líquido de taxas e comissões

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2025	2024
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Outros rendimentos de serviços e comissões	19,216,864	19,998,107
	19,216,864	19,998,107
<i>Encargos com serviços e comissões</i>		
Outros encargos com serviços e comissões	(8,006,311)	(5,838,380)
	(8,006,311)	(5,838,380)
	11,210,553	14,159,727

8. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Colaboradores	(110,336,350)	(109,764,186)
Administradores não-executivos	(609,412)	(52,301)
Outros gastos com pessoal	(4,248,517)	(1,889,198)
	(115,194,279)	(111,705,685)

9. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2025	2024
Água, luz e combustível	(6,690,383)	(2,203,837)
Consultorias e serviços profissionais	(760,006)	(829,624)
Subscrições e material de escritório	(3,173,194)	(5,004,956)
Publicidade, anúncios e patrocínios	(1,518,875)	(1,689,392)
Viagens e acomodação	(5,201,738)	(4,217,781)
Despesas de administradores não-executivos	(48,686)	(146,949)
Custos de veículos	(4,619,458)	(7,609,303)
Comunicações	(3,995,727)	(4,287,847)
Custos judiciais	(2,151,419)	(1,327,319)
Manutenção de instalações	(1,692,666)	(5,893,976)
Custos de formação	(749,886)	(303,292)
Licenças	(2,084,426)	(1,865,688)
Outros custos e fornecimentos	(13,146,380)	(7,469,347)
	(45,832,844)	(42,849,311)

10. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Outros rendimentos e receitas operacionais	1,745,671	2,143,375
	1,745,671	2,143,375

11. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de imposto sobre o rendimento decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Imposto corrente	(9,953,750)	(7,096,829)
Imposto diferido	364,370	334,193
	(9,589,380)	(6,762,636)

A reconciliação do imposto corrente para os exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Taxa de Imposto	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Resultado antes de imposto		12,594,363	17,229,863
Imposto a pagar à taxa nominal	32.00%	4,030,196	5,513,556
Correcções fiscais:			
Gastos não dedutíveis	9.19%	5,923,554	1,583,273
Rendimentos não tributáveis	0.00%	-	-
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros	0.00%	-	-
Utilização de prejuízos fiscais			-
Imposto corrente	41.19%	9,953,750	7,096,829
Pagamento especial por conta		-	(100,000)
Pagamento por conta		(4,410,845)	(1,536,797)
IRPC (Nota 17)		5,542,905	5,560,032

O movimento dos impostos diferidos em 2025 apresentou-se como segue:

	2024	Demonstração de Resultados		2025
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Locação	334,193		364,370	698,563
	334,193	-	364,370	698,563
			364,370	

	2023	Demonstração de Resultados		2024
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Locação	-	-	334.193	334.193
	-	-	334.193	334.193
			334.193	

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Microbanco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Microbanco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição financeira do Microbanco durante um período de 10 anos, podendo resultar eventuais correcções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, Imposto de Selo, podendo resultar em eventuais correcções.

O Conselho de Administração acredita que o Microbanco cumpriu com todas as obrigações fiscais a que se encontra sujeito, pelo que, não se espera, que eventuais correcções às respectivas matérias colectáveis declaradas, decorrentes destas revisões, venham a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em caixa apresentaram uma evolução gradual e sustentável em 2025, e considera todos valores com maturidade inferior a um mês e incluem valores em caixa e disponibilidades em instituições de crédito que advém da aposta recuperação de créditos cada vez mais diversificado e expressiva.

As disponibilidades em caixa apresentam-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.721.301	528.881
Disponibilidades sobre instituições de crédito	22.750.398	12.957.842
	24.471.700	13.486.723

A rubrica "Disponibilidades em instituições de crédito" refere-se, principalmente, aos saldos depositados em bancos comerciais nacionais, como o BCI, Millennium BIM, ABSA, MozaBanco e Access Bank, destinados a cobrir transacções de saque. Esses saldos, em meticais ou em dólares convertidos para moeda funcional, possuem liquidez imediata.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O Microbanco continua focado no apoio às famílias e MPME's, destacando-se na concessão de crédito a pequenos produtores rurais na Província de Maputo. Possui uma equipa qualificada, com elevados padrões de qualidade, e mantém uma forte relação de proximidade com os clientes, o que permitiu expandir a sua carteira de crédito com um serviço de excelência.

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Empréstimo a clientes	819,944,381	709,595,239
Juros a receber	26,653,960	11,434,294
	846,598,342	721,029,533
Imparidades de Creditos		
Estágio 1 13.1	(13,617,759)	(8,966,224)
Estágio 2 13.1	(57,584,804)	(30,336,117)
Estágio 3 13.1	(39,216,962)	(33,400,240)
	(110,419,525)	(72,702,581)
	736,178,817	648,326,952

13.1 Imparidade acumulada

O movimento de imparidades durante o exercício apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
<i>Saldo de abertura a 1 de Janeiro 2025</i>	(72.702.581)	(44.916.015)
Imparidade do exercício	(39.326.506)	(39.086.577)
Reversões	1.169.461	8.134.902
Utilizações	440.101	3.165.110
<i>Saldo a 31 de Dezembro 2025</i>	(110.419.525)	(72.702.581)

14. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Outros valores a receber	1,168,678	2,792,300
Acréscimos e diferimentos	665,795	962,747
	1,834,473	3,755,047

A rubrica de outros valores a receber refere-se, maioritariamente, a adiantamentos concedidos a diversos trabalhadores.

A rubrica de acréscimos e diferimentos refere-se a encargos diferidos relacionados a seguros e rendas, contabilizados para reflectir as despesas incorridas no período, mas que serão efectivamente pagas ou apropriadas em períodos subsequentes.

15. Activos tangíveis e sob direito de uso

Custo de aquisição:	Edifícios	Equipamento	Mobiliário e equipamento administrativo	Viaturas e motorizadas	Direito de Uso	Total
Transfências						
31 de Dezembro de 2024	145,642,405	16,252,292	8,038,556	10,678,581	64,652,952	245,264,786
Adições	-	-	270,275		9,978,104	10,248,379
Abates	-	-	(175,880)		(17,624,812)	(17,800,692)
31 de Dezembro de 2025	145,642,405	16,252,292	8,132,951	10,678,581	57,006,244	237,712,473
Depreciações acumuladas						
01 de Janeiro de 2024						
Depreciação do exercício	(13,722,254)	(8,607,732)	(5,304,090)	(9,027,584)	(10,434,782)	(47,096,442)
31 de Dezembro de 2024	(2,912,848)	(2,092,694)	(1,056,122)	(304,936)	(13,264,254)	(19,630,854)
Depreciação do exercício	(16,635,102)	(10,700,426)	(6,360,212)	(9,332,520)	(23,699,035)	(66,727,295)
Abates	(2,912,848)	(2,092,694)	(1,067,271)	(172,150)	(19,273,326)	(25,518,289)
31 de Dezembro de 2025	(19,547,950)	(12,793,120)	(7,427,483)	(9,504,670)	(25,787,849)	(75,061,072)
Valor líquido contabilístico						
31 de Dezembro de 2024	129,007,303	5,551,866	1,678,344	1,346,061	40,953,917	178,537,491
31 de Dezembro de 2025	126,094,455	3,459,172	705,468	1,173,911	31,218,395	162,651,400

O movimento registado nos activos sob direito de uso analisa-se como segue:

	Edifícios	Viaturas	Total
Custo de aquisição:			
01 de Janeiro de 2024	12,517,067	52,135,885	64,652,952
Adições	-	9,978,104	9,978,104
Abates	-	(17,624,812)	(17,624,812)
31 de Dezembro de 2024	12,517,067	44,489,177	57,006,244
Depreciações:			
01 de Janeiro de 2025	(334,430)	(23,364,605)	(23,699,035)
Adições	(2,503,413)	(16,769,912)	(19,273,326)
Abates	-	17,184,512	17,184,512
31 de Dezembro de 2025	(2,837,843)	(22,950,005)	(25,787,849)
	9,679,224	21,539,171	31,218,395

16. Activos intangíveis

	Software	Canais Digitais	Total
Custo de aquisição:			
31 de Dezembro de 2024	24,236,498	965,095	25,272,818
Adições	-	-	-
31 de Dezembro de 2025	24,236,498	965,095	25,272,818
Amortizações			
1 de Janeiro de 2024	(20,986,600)	-	(21,057,825)
Amortização Exercício	(3,249,898)	-	(3,249,898)
31 de Dezembro de 2025	(24,236,498)	-	(24,307,723)
Valor líquido contabilístico			
31 de Dezembro de 2024	-	965,095	965,095
31 de Dezembro de 2025	-	965,095	965,095

17. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Acréscimos de gastos	4,737,020	4,457,645
Impostos a pagar	12,017,511	9,587,079
Passivos de locações - Partes relacionadas (Notas 15 e 20)	34,214,136	43,032,329
Outros passivos	145,292,362	72,011,396
	196,261,029	129,088,449

A rubrica “Outros passivos” é, essencialmente, representados por pagamentos antecipados de prestações de crédito no montante de 33,607,256 Meticais (2024: 31,734,217 Meticais), adiantamentos 19,724,824 Meticais (12,770,671 Meticais), 80,000,000 Meticais de depósitos dos accionistas para fazer face ao aumento do capital de acordo com a legislação aplicável, entre outros.

Os montantes relativos aos impostos a pagar têm a seguinte composição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Imposto sobre o rendimento	6,333,733	3,023,854
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	3,023,794	3,019,504
INSS - Segurança social	462,715	443,340
Imposto de selo	2,197,270	664,203
	12,017,512	7,150,901

O movimento ocorrido nos passivos de locações realizado com partes relacionadas apresenta-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
01 de Janeiro	43,032,329	18,587,759
Adições	9,978,104	41,680,492
Juros	8,171,597	6,774,678
Facturado	(26,967,894)	(24,010,600)
	34,214,136	43,032,329

Os montantes relativos às locações reconhecidos em resultados são os seguintes:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Depreciações dos activos sob direito de uso (Nota 15)	19,273,326	18,166,985
Juros sobre passivos com locação financeira (Nota 6)	8,171,597	6,774,678
	27,444,923	16,102,100

18. Empréstimos e suprimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
KFW	80,857,178	53,836,551
Mozabanco	23,800,889	18,223,892
Mozabanco linha IFAD	102,274,608	186,542,384
VISTA BANK	63,796,596	-
SIMBIOTYC	58,906,064	63269494
Cartão de crédito	212,904	8,832
	329,848,240	321,881,153

Esta rubrica é, essencialmente, composta por empréstimo concedidos pelo IFAD através de uma parceria com o MozaBanco, no valor de 254 Milhões meticais a taxa de juros fixa de 4%, pelo KFW por intermédio do Banco de Moçambique, no valor de 62 Milhões com taxa de juros de 0.5%, e MOZABANCO no valor de 30 Milhões com uma taxa de juros de 12%., SIMBIOTYC a taxa de juros de 17.25%, líquido de impostos de exportação de rendimento de capitais.

19. Capital social

O Capital social do Microbanco no montante de 400,000,000 Meticais é representado por 500 acções, de valor nominal de 1,000 Meticais cada. A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2025 apresenta-se como se segue:

	Valor	Nº Acções
Hluvuku	392,000,000	392,000
Bernardo Tembe	4,000,000	4,000
Paulo Cuvila	961,371	961
Samora Sique	961,371	961
Francisco Cuamba	961,371	961
Marquita Tembe	438,836	439
Daniel Machava	242,665	243
Helia Cumaio	192,015	192
Margarida Chongola	127,649	128
Xavier Dambo	114,722	115
	400,000,000	400,000

A reserva legal é constituída em conformidade com o disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foi transferido para resultados transitados.

20. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Activos financeiros	Passivos financeiros
31-Dez-2025			
Hluvuku - Credores diversos	(Nota 17)	-	-
Hluvuku - Obrigação de locação	(Nota 17)	-	34,214,136
		<u>-</u>	<u>34,214,136</u>

		Activos financeiros	Passivos financeiros
31-Dez-2024			
Hluvuku - Credores diversos	(Nota 17)	-	23.990.205
Hluvuku - Obrigação de locação	(Nota 17)	-	43.032.329
		<u>-</u>	<u>67.022.534</u>

A transacções com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Activos sob direito de uso
31-Dez-2025		
Locações de viaturas (Nota 15)		12,517,067
Locações de imóveis (Nota 15)		44,489,177
		<u>57,006,244</u>

		Activos sob direito de uso
31-Dez-2024		
Locações de viaturas (Nota 15)		12,517,067
Locações de imóveis (Nota 15)		52,135,884
		<u>64,652,951</u>

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Microbanco.

O Conselho de Administração auferiu remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025, no montante de 9,333,841 Meticais (2024: 8,805,510 Meticais).

21. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros analisa-se como segue:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Activos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,721,301	1,023,076
Disponibilidades em instituições de crédito	22,750,398	12,828,147
Empréstimos e adiantamentos a clientes	736,178,816	552,792,778
Outros activos	21,168,678	8,446,795
Total de activo	781,819,194	575,090,796
Passivos financeiros		
Outros passivos	116,261,028	140,283,635
Empréstimos	329,848,240	321,881,153
Total de passivo	446,109,268	462,164,788

22. Justo valor de Activos e passivos financeiros

A Microbanco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuados com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base regular, a Microbanco mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao reavaliar a categorização no final de cada período.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

31-Dez-2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes	680,887,966	126,493,414	39,216,962	846,598,342
	680,887,966	126,493,414	39,216,962	846,598,342

31-Dez-2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e adiantamentos a clientes	579,897,583	107,731,710	33,400,240	721,029,533
	579,897,583	107,731,710	33,400,240	721,029,533

A tabela que segue demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Microbanco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	31-Dez-2025		31-Dez-2024	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	846,598,342	829,666,375	721,029,533	706,608,942
	846,598,342	829,666,375	721,029,533	706,608,942
Passivos financeiros				
Recursos de Instituições de crédito	329,848,240	316,654,310	326,499,985	213,597,453
	329,848,240	316,654,310	326,499,985	213,597,453

O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros acima referidos é uma aproximação razoável do justo valor tendo em conta que as diferenças entre a valor contabilístico e o justo valor são consideradas imateriais e os saldos de Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito e aplicações em outras instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

A maioria dos activos e passivos financeiros do Microbanco estão sujeitos a taxas de juro variáveis pelo que os fluxos de caixa estão sujeitos ao risco de taxa de juros, em que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuam devido a mudanças nas taxas de juros de mercado sujeitas a alterações mensais conforme determinado pelo regulador.

23. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A boa gestão do risco é essencial para o sucesso do Microbanco, e desempenha um papel crucial ao permitir que a gestão funcione de maneira mais eficaz num ambiente em mudança. A gestão do risco evoluiu até ser uma das principais competências, e é essencial para a avaliação de alternativas estratégicas e para a definição de objectivos, no âmbito de um modelo para gestão do risco que assegura o alinhamento com a apetência pelo risco e a estratégia global do Microbanco. A área comercial toma os riscos de forma direccionada, e que estes riscos sejam geridos de forma profissional.

As principais funções da gestão do risco consistem em identificar todos os riscos fundamentais, mensurar esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as distribuições de capital. O Microbanco Confiança, S.A. revê regularmente as suas políticas e sistemas para gestão do risco, de modo a reflectir alterações nos mercados, produtos e melhores práticas de mercado, para alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e o rendimento, e minimizar potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro. O Microbanco define risco como a possibilidade de perdas ou de lucros perdidos, que podem depender de factores internos ou externos. Os riscos decorrentes de instrumentos financeiros a que esteja exposto são riscos financeiros, que incluem o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de e o risco operacional.

Enquanto o Responsável pelo Risco define o modelo para gestão do risco, as decisões quotidianas sobre o que constitui um risco aceitável são tomadas pelos gestores na linha da frente do negócio. O responsável pelo Risco, porém, desempenha um papel crucial para permitir que o negócio tome decisões comerciais acertadas e para aplicar normas melhoradas de governação.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco mais importante no sector bancário, definindo como o risco da contraparte em incumprir o pagamento da sua obrigação.

Refere ainda, que o risco de crédito se divide em várias componentes de risco, das quais se destacam as seguintes:

- Risco de incumprimento (*default*): é o risco de o mutuário não cumprir com o serviço da dívida de um empréstimo resultante de um evento de *default*, em certo período. Exemplos: o atraso no pagamento; a reestruturação de uma operação e a falência ou liquidação do devedor, que podem provocar uma perda total ou parcial do valor emprestado à contraparte;
- Risco de concentração: possibilidade de perdas em função da concentração de empréstimos elevados a um pequeno número de mutuários e/ou grupos de risco, ou em poucos sectores de actividade;
- Risco de degradação da garantia (colateral): não resulta em uma perda imediata, mas sim na probabilidade de ocorrer um evento de *default* pela queda da qualidade da garantia oferecida, ocasionada por uma desvalorização do colateral no mercado, ou pelo desaparecimento do património pelo mutuário.

O risco de crédito é considerado como o principal risco subjacente à actividade bancária, sendo que a sua gestão consiste na execução de estratégias de maximização de resultados face a exposição dos riscos assumidos nas operações de crédito concedidas, respeitando sempre as exigências regulamentares.

Os modelos de risco de crédito adoptados no **MICROBANCO CONFIANÇA, SA** desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de scoring relativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre Clientes e não Clientes (ou Clientes recentes).

A actividade de risco de crédito tem como funções principais:

- Definir as regras de provisionamento/cálculo de imparidade;
- Definir o processo de análise de risco;
- Analisar os riscos de concentração/individual, sectoriais e geográficos;
- Definir e monitorizar limites internos de contrapartes; e
- Monitorizar a implementação de planos de redução de riscos, através de acompanhamento da carteira de crédito vencido.

Por forma a mitigar o risco de crédito, a análise da carteira tem em conta os seguintes parâmetros:

- Histórico do Cliente em que se apura a existência de incidentes, incumprimentos, penhoras ou dívidas;
- Limites de exposição ao risco de crédito em que se atribui um rating interno mediante a avaliação da capacidade creditícia das contrapartes, bem como a definição de limites máximos de exposição às contrapartes;
- Risco de incumprimento onde são rejeitados os Clientes com rating de elevada probabilidade de incumprimento; e,
- Garantias pessoais ou reais no acto da concepção de crédito a fim de mitigar a exposição do Microbanco a esta contraparte.

Limites de Crédito

Indicadores	Limite	Definido e Acompanhado Por
Limite Máximo de Exposição individual		
Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si	25% FPR	BdM
Um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si-Partes Relacionadas	10% FPR	BdM
Limite Máximo de Exposição-Particulares (% Total da carteira)	2%	C.A

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço

Os modelos de risco de crédito, desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito, baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para a carteira de crédito particulares bem como para MPME's

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e de cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. A actividade de risco de crédito, tem como funções principais:

- + Definir o processo de análise de risco;
- + Analisar os riscos sectoriais;
- + Analisar os riscos de concentração;
- + Definir e monitorar limites internos de contrapartes;
- + Monitorar a implementação de planos de redução de riscos, através de acompanhamento da carteira de crédito vencido.

Por forma a mitigar o risco de crédito, análise da carteira tem em conta os seguintes parâmetros:

- o Histórico do cliente em que se apura a existência de incidentes, incumprimentos, dívidas;
- o Limites de exposição ao risco de crédito em que se atribui um rating interno mediante a avaliação da capacidade endividamento, bem como a definição de limites máximos de exposição às contrapartes;
- o Risco de incumprimento onde são rejeitados os clientes com elevada probabilidade de incumprimento;
- o Garantias mínimas aceitáveis (bens domésticos, equipamento, Hipoteca) no acto da criação do crédito, a fim de mitigar a exposição do Microbanco a esta contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024, a informação relativa à exposição do Microbanco ao risco de crédito por tipologia de activos financeiros, apresenta o seguinte detalhe:

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	31-Dez-2025	31-Dez-2024
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,721,301	528,881
Disponibilidades em instituições de crédito	22,750,398	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	736,178,816	648,326,952
Outros activos	22,533,036	4,089,240
Total do activo na demonstração da posição financeira	783,183,550	665,881,798
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	3,562,875	-
	3,562,875	-
Total da exposição ao risco de crédito	786,746,426	665,881,798

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do MICROBANCO CONFIANÇA, SA, na tabela abaixo apresentado, foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”;
 - Créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos em incumprimento”
 - créditos com saldos vencidos entre 31 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição “Créditos em default” na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

31-Dez-2025	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito vivo	680,887,966	126,493,414	-	807,381,380
Nem vencido nem em imparidade	680,887,966	-	-	680,887,966
Em imparidade	-	126,493,414	-	126,493,414
Crédito vencido	-	-	39,216,962	39,216,962
Em imparidade	-	-	39,216,962	39,216,962
Total	680,887,966	126,493,414	39,216,962	846,598,342

31-Dez-2024	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito vivo	579,897,583	107,731,710	-	687,629,293
Nem vencido nem em imparidade	579,897,583	-	-	579,897,583
Em imparidade	-	107,731,710	-	107,731,710
Crédito vencido	-	-	33,400,240	33,400,240
Em imparidade	-	-	33,400,240	33,400,240
Total	579,897,583	107,731,710	33,400,240	721,029,533

✦ Exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

31-Dez-2025	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito			Valor líquido das garantias	Exposição líquida
		Viaturas	Propriedades e Imoveis	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	24,471,700	-	-	-	-	24,471,700
Empréstimos e adiantamentos a clientes	846,598,342	121,852,633	3,562,875	501,263,599	626,679,106.85	219,919,234.85
Particulares	846,598,342	121,852,633	3,562,875	501,263,598.63	626,679,106.85	219,919,234.85
Outros activos	21,168,678	-	-	-	-	21,168,678
	892,238,719	121,852,633	3,562,875	501,263,599	626,679,107	265,559,612

31-Dez-2024	Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito			Valor líquido das garantias	Exposição líquida
		Viaturas	Propriedades	Outros		
Disponibilidades em instituições de crédito	13,486,723	-	-	-	-	13,486,723
Empréstimos e adiantamentos a clientes	721,029,533	121,852,633	3,562,875	501,253,599	626,669,107	94,360,426.04
Particulares	721,029,533	121,852,633	3,562,875	501,253,599.00	626,669,107	94,360,426.04
Outros activos	3,755,047	-	-	-	-	3,755,047
	738,271,303	121,852,633	3,562,875	501,253,599	626,669,107	111,602,196

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- + Garantias de natureza pessoal (móveis não quantificados);
- + Inventário e contas a receber;
- + Equipamento.

Os Estes bens quando arrematados por recuperação de créditos vencidos, são registados pelo valor pelo qual foram adjudicados.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registadas na rubrica “Outros resultados de exploração”.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento (Nível 3), e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Os créditos reestruturados são classificados no Nível 2, no entanto, pode ocorrer que um crédito tenha um número de dias em atraso que o colocaria sob determinada classificação de imparidade, mas devido a circunstâncias excepcionais o mesmo é classificado na sua pior posição. Este é o propósito do triggers/indicadores de imparidade, possibilitar a classificação de imparidade mais adequada ao empréstimo em causa considerando outras características além do número de dias em atraso. A classificação de imparidade atribuída em cada data de referência será o máximo entre a classificação atribuída através do número de dias em atraso e a classificação atribuída através do indicador de imparidade.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital, mas o MICROBANCO CONFIANÇA, SA acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao MICROBANCO CONFIANÇA, SA como garantia. À data de balanço, o MICROBANCO CONFIANÇA, SA não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Imparidade dos activos financeiros ao custo amortizado

O Microbanco efectua periodicamente análise de imparidades dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber. Os activos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

- ❖ Stage 1 – Activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- ❖ Stage 2 - Activos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- ❖ Stage 3 - Activos em imparidade (activos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- + Perdas esperadas há 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,
- + Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contracto. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.
- + A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- + Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros e capital;
- + Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- + Dificuldades financeiras significativas do devedor;

- + Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor;
- + Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características do produto e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Estes activos encontram-se em imparidade quando i) se verifica evidência objectiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Microbanco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a Agricultura;
- Crédito a pequenos negócios;
- Crédito a MPME's;
- Crédito ao Sector Público (FAE e FDS);
- Crédito à habitação;
- Microleasing; e,
- Crédito ao consumo;
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos não cobertos por garantias são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registrados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registrados na rubrica “Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica “Outros Resultados de Exploração”, se cobrados nos exercícios posteriores.

De acordo com a política em vigor no Microbanco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Microbanco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”. Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

31-Dez-2025	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisto
Empréstimos e adiantamentos a clientes	846,598,342	(110,419,525)	736,178,817
	<u>846,598,342</u>	<u>(110,419,525)</u>	<u>736,178,816</u>

31-Dez-2024	Valor do balanço	Imparidade	Valor revisto
Empréstimos e adiantamentos a clientes	721,029,533	(72,702,581)	648,326,952
	<u>721,029,533</u>	<u>(72,702,581)</u>	<u>648,326,951</u>

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do MICROBANCO CONFIANÇA, SA têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A composição por sectores de actividade da exposição de crédito a clientes, apresenta-se como segue:

31-Dez-2025	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	1,007,102	-	-	-	1,007,102
Financeiro	-	22,750,398	-	-	22,750,398
Comércio	-	-	125,968,864	-	125,968,864
Serviços	-	-	79,856,363	-	79,856,363
Transportes e comunicações	-	-	18,965,876	-	18,965,876
Agricultura e pesca	-	-	483,965,763	-	483,965,763
Outros sectores	-	-	137,841,476	2,533,036	140,374,512
	1,007,102	22,750,398	846,598,342	2,533,036	872,888,878

31-Dez-2024	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	528,881	-	-	-	528,881
Financeiro	-	12,936,726	-	-	12,936,726
Comércio	-	-	102,635,963	-	102,635,963
Serviços	-	-	53,968,745	-	53,968,745
Transportes e comunicações	-	-	15,689,321	-	15,689,321
Agricultura e pesca	-	-	359,396,875	-	359,396,875
Outros sectores	-	-	189,338,629	4,089,240	193,427,869
	528,881	12,936,726	721,029,533	4,089,240	738,584,380

Risco de Liquidez

A gestão de um adequado grau de liquidez é uma das preocupações centrais do MICROBANCO CONFIANÇA para garantir o financiamento da carteira fazer frente ao vencimento das responsabilidades assumidas.

O Conselho de Administração define ALCO como a estratégia para supervisão da gestão do risco de liquidez. O ALCO aprovou as políticas de liquidez do Microbanco e os procedimentos criados pelo departamento do Risco e Conformidade.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade do Microbanco Confiança, SA não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afectar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

As políticas de gestão do risco de liquidez são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos - ALCO) do Microbanco Confiança. Esta responsabilidade esta encarregue a Direcção Financeira que faz de forma sistemática, análises mensais dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados, os volumes de cash *inflows* e cash *outflows*, bem como os respectivos *gaps* (diferenciais) de liquidez e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

De seguida apresentam-se os mapas referentes ao risco de liquidez, considerando a totalidade dos fluxos de caixa contratuais não descontados dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual. Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2023, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

31-Dez-2025	A ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
<i>Activos financeiros</i>						
	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,721,301	-	-	-	1,721,301
	Disponibilidades em instituições de crédito	22,750,398	-	-	-	22,750,398
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	69,356,992	307,402,516	274,374,434	195,464,401	846,598,342
	Outros activos	1,168,678	-	-	-	1,168,678
	Total de activos	94,997,369	307,402,516	274,374,434	195,464,401	872,238,719
<i>Passivos financeiros</i>						
	Outros passivos	-	-	-	196,261,029	196,261,029
	Empréstimos	-	46,589,725	44,826,109	238,432,406	329,848,240
	Total de passivos	-	46,589,725	44,826,109	196,261,029	526,109,269
	Gap de liquidez	94,997,369	260,812,790	229,548,325	(196,261,029)	346,129,451

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

31-Dez-2024	À ordem	Entre 1 a 12 meses	ate 24 meses	Superior a 3 anos	Sem juros	Total
Ativos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	528,881	-	-	-	-	528,881
Disponibilidades em instituições de crédito	12,936,726	-	-	-	-	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49,856,286	299,758,363	213,632,186	157,782,698	-	721,029,533
Outros activos	3,755,047	-	-	-	-	3,755,047
Total de activos	67,076,940	299,758,363	213,632,186	157,782,698	-	738,250,187
Passivos financeiros						
Outros passivos	-	-	-	-	140,283,635	140,283,635
Empréstimos	-	41,970,893	44,826,109	235,084,152	-	321,881,154
Total de passivos	-	41,970,893	44,826,109	235,084,152	140,283,635	462,164,789
Gap de liquidez	67,076,940	257,787,470	168,806,077	(77,301,454)	(140,283,635)	276,085,398

Todos os valores relativos há 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados no máximo mais de 12 meses após o período de relatório. Não foram considerados eventuais incumprimentos ou reembolsos antecipados.

O Departamento Financeiro é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Microbanco.

Risco de mercado

A estratégia de gestão e a tolerância ao risco de mercado encontram-se devidamente articuladas com a estratégia global de gestão de risco e continuam a ser estabelecidas em conformidade com a declaração de apetite de Risco de Microbanco Confiança.

Assim o risco de mercado do Microbanco Confiança não foi materialmente relevante, mas foi sempre alvo de uma constante monitorização, através do acompanhamento sistemático da carteira

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial dos activos e passivos do Microbanco e corresponde ao risco do valor actual dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado. Numa perspectiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições.

O risco de taxa de juro do balanço é avaliado através da análise de gaps, que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada para produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspectiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro passa por minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro, com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos.

A dimensão da exposição ao risco de taxa de juro, de acordo com os resultados preliminares, mantém o cumprimento do respectivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do Microbanco, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em 31 de Dezembro de 202 e 2025, a sensibilidade dos instrumentos financeiros, por tipo de taxa de juro, apresentam o seguinte detalhe:

31-Dez-2025	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	1,721,301
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	22,750,398	22,750,398
Empréstimos e adiantamentos a clientes	148,689,775	228,069,732	469,838,834	-	846,598,342
Outros activos	-	-	-	1,168,678	1,168,678
Total de activos	148,689,775	228,069,732	469,838,834	25,640,378	872,238,720
Passivos financeiros					
Outros passivos	-	-	-	196,261,029	196,261,029
Empréstimos	24,863,183	31,785,614	273,199,443	-	329,848,240
Total de passivos	24,863,183	31,785,614	273,199,443	196,261,029	526,109,269
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	123,826,592	196,284,118	196,639,392	(170,620,651)	346,129,452
31-Dez-2024					
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	528,881
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	12,936,726	12,936,726
Empréstimos e adiantamentos a clientes	148,689,775	200,924,874	371,414,884	-	721,029,533
Outros activos	-	-	-	3,755,047	3,755,047
Total de activos	148,689,775	200,924,874	371,414,884	17,220,654	738,250,187
Passivos financeiros					
Outros passivos	-	-	-	140,283,635	140,283,635
Empréstimos	20,244,350	31,785,614	269,851,188	-	321,881,152
Total de passivos	20,244,350	31,785,614	269,851,188	140,283,635	462,164,787
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	128,445,425	169,139,260	101,563,696	(123,062,981)	276,085,400

Risco cambial

Traduz-se na probabilidade do valor de um instrumento financeiro se alterar devido à flutuação da taxa de câmbio da moeda estrangeira associada ao instrumento.

O Microbanco monitoriza o risco através de análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do Dólar Americano. Note-se que o Microbanco tem muito poucas operações passivas em moeda estrangeira. Ainda assim são activamente analisadas e reavaliação cambial, as diferenças resultantes não representam um custo ou margem com impacto significativo no balanço.

As perdas potenciais resultantes do câmbio entre divisas representam folgas suficientes e encontram-se longe do limite de tolerância estabelecido. Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a exposição dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

31-Dez-2025	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em banco central	544,901	2,703	2,328	231	1,171,138	1,721,301
Disponibilidades sobre instituições de crédito	22,750,398	-	-	-	-	22,750,398
Empréstimos e adiantamentos a clientes	736,178,817	-	-	-	-	736,178,817
Outros activos	1,168,678	-	-	-	-	1,168,678
	760,642,794	2,703	2,328	231	1,171,138	761,819,195
Passivos financeiros						
Empréstimos	248,991,062			80,857,178		329,848,240
Outros passivos	196,261,029					196,261,029
	445,252,091			80,857,178		526,109,269
Exposição líquida	315,390,704	2,703	2,328	(80,856,947)	1,171,138	235,709,926

31-Dez-2024	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em banco central	344,240	86,534	35,023	60,180	2,904	528,881
Disponibilidades sobre instituições de crédito	12,957,842	-	-	-	-	12,957,842
Empréstimos e adiantamentos a clientes	659,522,138	-	-	-	-	659,522,138
Outros activos	2,792,300	-	-	-	-	2,792,300
	675,616,520	86,534	35,023	60,180	2,904	675,801,161
Passivos financeiros						
Empréstimos	268,044,602			53,836,551		321,881,153
Outros passivos	140,283,635					140,283,635
	408,328,237			53,836,551		462,164,788
Exposição líquida	267,288,283	86,534	35,023	(53,776,371)	2,904	213,636,373

Risco Operacional

A estratégia de gestão do risco operacional, alinhada com a estratégia global de gestão de risco, continua a ser estabelecida em conformidade com a declaração de apetência pelo risco do Microbanco, visando gerir o risco operacional, mantendo-o dentro dos níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração (CA), e mitigar outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objectivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares e é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo de Risco e Conformidade com atribuições específicas.

A Direcção de Risco e Conformidade comporta a gestão do risco operacional através Unidade de Gestão Risco Operacional.

A nível de risco operacional trabalhou-se na consolidação dos processos e procedimentos, com foco na identificação e avaliação dos eventos de risco operacional e definição de planos de acção para reforço dos controlo e mitigação de impactos futuros.

Segurança da informação e ataques cibernéticos

O Sistema de Gestão de Segurança da Informação tem como objectivo proteger a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação corporativa, além de conscientizar os envolvidos quanto às suas responsabilidades. Para garantir a segurança das informações e prevenir ataques cibernéticos, destacam-se as seguintes iniciativas:

- + Planos de continuidade de serviços, testados e auditados periodicamente; Segurança da informação e ataques cibernéticos
- + Testes de vulnerabilidades;
- + Infraestrutura de segurança para protecção das redes de comunicação, sistemas e aplicações;
- + Controlo de acesso em sistemas e recursos de IT; e
- + Auditorias periódicas (internas e externas) relacionadas ao tema

O Microbanco definiu na Agenda Estratégica, a priorização do investimento em tecnologias para sua rápida transformação e adopção de serviços online, tornando seus produtos e serviços mais ágeis, competitivos, melhorias no tratamento de dados, processos e transformação do negócio. E nisso estará sempre exposto a riscos decorrentes do incremento da disponibilização de serviços no ciberespaço. O cibercrime tem-se revelado uma revenue stream para os cibercriminosos cada vez mais lucrativa, se tivermos em conta que a média dos custos associados ao Data Breach rondou cerca de quatro milhões de dólares americanos, segundo o relatório da IBM.

Essa aceleração no programa de transformação digital terá consequência no incremento de ataques cibernéticos e pode afectar a capacidade de operar e trazer custos financeiros elevados e consequências a curto e longo prazo, assim, vamos reforçar e a robustecer uma aposta consistente centrada numa cultura de *cibersegurança*.

Crédito concedido a Partes correlacionadas

O Microbanco Confiança, S.A. definiu e formalizou internamente políticas, regras e procedimentos relativos a financiamento a partes correlacionadas

Os membros do órgão de administração ou fiscalização não podem participar na apreciação e decisão de operações de concessão de crédito que a si directa ou indirectamente respeitem, ou em que detenham participações qualificadas, exigindo-se em todas estas situações a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e o parecer favorável do Director de Risco e Conformidade.

O Microbanco procede ainda à avaliação anual das transacções com partes correlacionadas no âmbito do Dossier de Preços de Transferência.

		Outros activos	Outros passivos	Custos Administrativos
HLUVUKU-ADSEMA	2025	34,214,136		
	2024	43,032,329		-
TRABALHADORES	2025	-	27.308,141	-
	2024	-	25,107,027	-

10,096,376Mt do crédito concedido foi para trabalhadores accionistas do MICROBANCO CONFIANCA

Acontecimentos após a data de balanço

Os principais riscos e incertezas para a actividade do **MICROBANCO CONFIANÇA** para o ano 2025 estão muito associados aos factores das suas implicações sobre as constantes manifestações que também impactam actividade económica e o sistema financeiro, em particular:

A incerteza geopolítica, com o conflito em curso em Cabo delgado, bem como os impactos da crise pós- Processo eleitoral;

No geral, a actual conjugação de factores de risco traduz-se na manutenção de um cenário de elevada incerteza, com riscos negativos para a actividade económica no País, mas cujos plenos impactos continuam a ser de difícil aferição.

De igual modo, os factores supramencionados poderiam, num pico de incerteza e sob certas condições, actualmente indeterminadas, contribuir para movimentos de aversão ao risco nos mercados financeiros, com perturbações sobre os prémios de risco, com efeitos de contágio aos vários segmentos e sectores de actividade.

Salvo aspecto materialmente acima mencionados, o **MICROBANCO CONFIANÇA** esta optimista quanto à continuidade do negócio e capacidade de gerar retornos.

Anexos às Demonstrações Financeiras
Circular 3/SHC/2007

(milhões de meticais)

Código de contas	DEBITO	31 December 2025	31 December 2024
79+80	Juros e Rendimentos Similares	277,038	238,402
66+67	Juros e Encargos Similares	(48,813)	(22,022)
	Margem Financeira	228,225	242,191
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com servicoes e Comissoes	19,217	19,998
68	Encargos com Servicos e Comissoes	(8,006)	(5,838)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698- 69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	(634)	(566)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienacao de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911- 75-720-721-725 (1)-726 (1)- 728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	1,745	2,143
	Produto Bancario	240,546	232,056
70	Custo com Pessoal	(115,194)	(111,706)
71	Gastos Gerais Administrativos	(45,833)	(42,849)
77	Amortizacao do Exercicio	(28,768)	(29,381)
784+785+786+788-884-885- 886-888	Provisoes Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	0	0
760+7610+7618+7620+76210+ 76211+7623+7624+7625+7630 +7631+765+766-870-8720- 8710-8718-87210-87211-8723- 8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	(38,157)	(30,952)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	0
	Resultado Antes de Impostos	12,594	17,230
65	Impostos Correntes	(9,954)	(7,097)
74-86	Impostos Diferidos	364	334
640	Resultados após Impostos	7,051	10,467
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	0	0
	TOTAL	3,005	10,467

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025									
(milhões de reais)									
Código de conta	ATIVO	31 Dezembro 2025	Provisões, Imp. Ativo Líquido	31 Dezembro 2024	Código de conta	PASSIVO	31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024	
		Valor antes de Provisões							
10-3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos e caixas	1,721	-	529	38-3311 (1)-3410-520	Recursos de Bancos Centrais	-	-	
11-3301	2. Disponibilidades em outras instituições	22,750	-	12,958	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	
153 (1)+158 (1)+16	3. Ativos Financeiros detidos para negociação	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor	-	-	
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Ativos Financeiros ao Justo valor	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201	Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	
154+158 (1)+18+34888 (1)	5. Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3	Recursos de Clientes e Outros Emprestitos	329,848	321,881	
13+150+158 (1)+159 (1)+33	Aplicações em instituições de Crédito	-	-	-	42-3311 (1)-3414+520	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-	
14+151+152+158 (1)+3304+	Créditos a clientes	867,721	110,420	659,522	44	Derivados de Coberturas	-	-	
155+158 (1)+159 (1)+22+33	Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	45	Passivos não correntes detidos para Venda e	-	-	
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	47	Provisões	-	-	
25-3580	Ativos não correntes detidos para Venda	-	-	-	490	Passivos por Impostos correntes	5,543	-	
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-	
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Ativos tangíveis	249,862	76,447	178,537	480+488+/-489 (1)-33	Outros passivos Subordinados	-	-	
29-3583-361	Ativos Intangíveis	25,202	24,237	4,215	51-3311 (1)-3417-3418+	Outros Passivos	142,272	140,284	
24-357	Investimentos em filiais associadas e Emp	-	-	-	55	Capital	500,000	400,000	
300	Ativos por Impostos correntes	-	-	334	602	Premios de Emissão	-	-	
301	Ativos por Impostos diferidos	4,411	4,411	363	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-	
12+157+158 (1)+159 (1)+314	Outros Ativos	21,835	21,835	2,792	-56	Ações Próprias	-	-	
					Reservas de Realização	Reservas de Realização	-	-	
					60-602+61	Outras reservas e resultados transacionados	(2,314)	(12,761)	
					64	Resultado Transacionado-Aquardo aprovacao BN	-	-	
					-63	Resultado do Exercício	7,051	10,467	
						(Dividendos antecipados)	-	-	
TOTAL DO ACTIVO		1,193,502	211,103	859,851	TOTAL DO PASSIVO		982,399	859,851	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
